

STNE Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.767.420/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação do V.Sas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Participações S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Mensagem da Administração: Em 31 de dezembro de 2024, os ativos individuais e consolidados da Companhia totalizaram R\$ 3.798,5 milhões e R\$ 4.849,3 milhões, respectivamente, apresentando reduções de 48,0% e 42,6% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 7.309,4 milhões e R\$ 8.452,1 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 3.444,5 milhões, representando uma redução de R\$ 3.514,9 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o prejuízo individual e consolidado totalizou R\$ 3.546,8 milhões e R\$ 3.540,7 milhões, respectivamente, em comparação ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 que totalizou R\$ 55,7 milhões e R\$ 51,4 milhões. Como resultado do teste anual de impairment do Grupo StoneCo, em 31 de outubro de 2024, foi reconhecida uma perda por impairment de ágio no montante de R\$ 3.558,0 milhões para a UGC 1 – Empresas de software, uma vez que o valor recuperável estimado desta unidade geradora de caixa era menor que o valor contábil líquido. Esta perda por impairment foi o principal evento que gerou redução no ativo, patrimônio líquido e resultado do ano da Companhia.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023	2024
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	11	50.781	75.903	Fornecedores	14.2	2.440	2.222	65.173
Aplicações financeiras	6.2	42.048	234.956	384.581	Contas a pagar clientes	14.1	—	—	98.129
Contas a receber de emissores de cartão	7.1.3	—	9.492	36.441	Empreéstimos e financiamentos	15	1.218	1.502	10.233
Contas a receber de clientes	7.2	6.923	9.358	214.597	Salários e encargos sociais	16	7.567	8.258	112.174
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	235	208	—	Impostos a recolher	3.843	876	33.728	25.032
Impostos a recuperar	3.753	4.088	22.440	31.831	Dividendos a pagar	9	267.389	267.389	268.053
Despesas antecipadas	8.2	290	102	16.356	Outros passivos	17	19.003	368	69.385
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	42	—	1.325		17	301.460	280.615	559.773
Outros ativos	1.376	386	26.724	25.917					564.413
	54.667	249.109	726.296	732.494					
Ativo não circulante									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	5.782	9.366	23.130	Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	982	1.878	6.561
Aplicações financeiras	6.2	—	—	10.602	Empreéstimos e financiamentos	15	41.768	41.496	64.473
Contas a receber de emissores de cartão	7.1.3	—	7.902	14.886	Salários e encargos sociais	16	212	150	2.322
Contas a receber de partes relacionadas	18	3.039	2.496	4.460	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	—	—	463.325
Outros ativos	2.747	2.685	53.162	33.470	Provisão para contingências	19.3	2.333	5.665	128.504
Despesas antecipadas	8.2	27	18	3.984	Outros passivos	17	7.318	20.193	8.675
Investimentos	11.2	3.685.127	6.993.885	4.689		52.613	69.382	673.860	744.340
Imobilizado	12.9	1.053	1.019	87.056					
Intangível	13.3	46.100	50.828	3.938.590					
	3.743.875	7.060.297	4.122.973	7.719.565					
Total do ativo	3.798.542	7.309.406	4.849.269	8.452.059					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
Nota	Atribuído aos acionistas da controladora								
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.962.462	—	4.456.480	10.223	(153.537)	7.275.628	98.584	7.374.212	
Redução de capital	(326.554)	—	—	—	(326.554)	—	—	—	(326.554)
Redução de capital social	—	—	—	—	—	—	96.238	96.238	—
Aumento de capital em controlada – cisão parcial	—	—	15.472	—	—	15.472	679	16.151	—
Pagamento baseado em ações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	(49.111)	—	—	(49.111)	—	—	(49.111)
Movimentação proveniente de cisão controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.983)
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.983)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(11.765)	—	(11.765)	(1.307)	(13.072)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	55.739	55.739	(4.314)	51.425	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.635.908	—	4.422.841	(1.542)	(97.798)	6.959.409	183.897	7.143.306	
Aumento de capital	13.108	—	—	—	—	13.108	—	—	6.346
Aumento de capital de não controladores	77.000	(77.000)	—	—	—	—	—	—	6.346
Diluição de participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	6.346
Pagamento baseado em ações	—	—	16.567	—	—	16.567	—	—	17.901
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	—	—	—	(10.454)
Outros resultados abrangentes	20.3	—	—	2.160	—	2.160	177	2.337	—
Outros	—	—	—	—	—	—	722	722	—
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	—	—	—	(3.546.775)	(3.546.775)	6.051	(3.540.724)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.726.016	(77.000)	4.439.408	618	(3.644.573)	3.444.469	171.167	3.615.636	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
Nota	Controladora								
	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.546.775)	55.739	(3.540.724)	51.425					
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais	—	—	—	—	Juros pagos	(5.484)	(5.484)	—	—
Depreciação e amortização	12.10	15.492	6.627	198.965	Aquisições de ativo imobilizado	102.592	92.153	384.384	236.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	3.404	(16.130)	(34.911)	Aquisições de ativo intangível	(206)	(447)	(9.049)	(37.964)
Perda (ganho) com investimentos em coligadas	11.2	16.854	(44.093)	202	Aquisição de controlada, liquidação de caixa adquirido	(10.43			

...continuação

STNE Participações S.A.										
	Consolidado									
	2023		Reconhecido em contrapartida ao resultado		Reconhecido em contrapartida a ágio		2024			
	(651.670)		34.628		(5.381)		(622.423)			
Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios										
Contingências originadas em combinação de negócios			51.313		—		51.313			
Diferenças temporárias			50.792		(3.229)		47.563			
Prejuízo fiscal/Base negativa			79.840		3.512		83.352			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(469.725)		34.911		(5.381)		(440.195)			
Consolidado										
	Reconhecido em contrapartida ao resultado		Reconhecido em contrapartida a ágio		Acervo de Cisão (a)		Adições de Cisão (b)		Cisão (c)	
	2022		(1.305)		(1.375)		199		41	
	(638.181)									(651.670)
Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios										
Contingências originadas em combinação de negócios			51.313		—		—			51.313
Diferenças temporárias			53.214		9.918		(12.340)		—	50.792
Prejuízo fiscal/Base negativa			85.441		6.438		(12.039)		—	79.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(448.213)		3.341		(1.375)		(24.180)		41	661
Consolidado										
Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios										
Contingências originadas em combinação de negócios										
Diferenças temporárias										
Prejuízo fiscal/Base negativa										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(448.213)		3.341		(1.375)		(24.180)		41	661
Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.										
11. Investimentos – 11.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controladora, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada (nas demonstrações contábeis individuais) do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) desde a data de aquisição. O ônus relacionado a uma coligada ou controlada (nas demonstrações contábeis individuais) é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados das operações das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais). Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é apresentada como parte do VJORA do Grupo. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais), o Grupo reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer uma perda por redução no valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada base, o Grupo determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, o Grupo determina o montante da redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada (nas demonstrações contábeis individuais) ou perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhuns dos investimentos em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) apresentam restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.										
11.2. Movimentação dos investimentos										
Controladora										
	Aportes e resgates		Conferência de ações (b)		Baixa benefício pós emprego		Desinvestimento		Dividendos e JSCP distribuídos	
	2023									
Controladas	6.989.895									3.680.438
Cappa	1		—	—	—	—	—	—	—	—
Mlabs	40.480		—	—	—	—	—	—	—	39.370
Questor	43.499		—	—	—	—	—	—	—	43.150
Stone Seguros	1.041		—	—	—	—	—	—	—	1.040
VHSYS	33.032		—	—	—	—	—	—	—	32.520
Simplesvet	24.754		—	—	—	—	—	—	—	24.120
STEF	1.458		—	—	—	—	—	—	—	1.458
Sponte educação	3.646		7.590	—	—	—	201	83.444	1.113	62
Trinks	4.113		—	—	—	—	—	—	220	70
Linx S.A.	6.840.557	190.000	—	(3.558.049)	183	—	(4.446)	—	71 (155.332)	(8.684)
Linx Sistemas	960		—	—	—	—	(103)	—	—	11 (23)
Linx People	—	1.500	—	—	—	—	(59)	—	—	1.590
Linx Saúde	—	1.200	—	—	—	—	(48)	—	—	1.575
Linx Auto	—	—	4.215	—	—	—	253	52.361	9.013	324
Linx Impulse	—	—	1.302	—	—	—	(87)	19.527	(1.442)	9 (3.747)
Linx Commerce	—	—	—	—	—	—	7	—	—	7
Coligadas (a)	3.990									4.689
App Sistemas	2.115		—	—	—	—	(78)	2	—	465
Dental Office	285		—	—	—	—	—	—	—	342
Tablet Cloud	1.590		—	—	—	—	—	—	—	253
Total	6.993.885	196.346	13.107 (3.558.049)	183	54.627 (4.446)	(10.532)	237	—	17.090 (16.860)	(461) 3.685.127
(a) Os saldos das coligadas correspondem ao valor da proporção do patrimônio líquido que a Companhia possui e o valor adicional pago pela participação de participação da DLP Capital LLC para STNE Par (Nota 4.1.1).										
Controladora										
	Aportes e resgates		Conferência de ações (b)		Baixa benefício pós emprego		Aqui-sição		Desin-vestimento	
	2022									
Controladas	7.278.857									6.985.782
Buy4	109.901	—	—	—	(109.901)	—	—	—	—	—
Cappa	889	—	—	—	(2.628)	1.945	85	(39)	(251)	1
Equals	101.250	4	—	(3.024)	—	(18)	1.223	14.906	—	—
Linx S.A.	6.815.964	33	—	—	—	(3.795)	22.695	5.767	6.840.557	—
Linx Sistemas	—	—	—	—	—	4	(4)	3	957	960
Mlabs	40.802	—	—	—	—	—	(322)	—	40.480	—
Questor	44.419	—	—	(3.051)	—	—	—	—	43.499	—
Simplesvet	24.664	—	—	(2.932)	—	—	2.747	(616)	—	24.754
Sponte	95.446	—	—	(1.373)	(95.979)	(348)	—	—	—	1.458
Stef S.A.	—	547	—	—	911	—	—	—	—	—
Stone Franchising	9.577	—	—	—	(9.577)	—	—	—	—	—
Stone Log	—	—	—	—	2	(2)	—	—	—	—
Stone Seguros	1.103	—	—	—	—	—	(62)	—	1.041	—
VHSYS</td										

...continuação

STNE Participações S.A.									
Custo	Consolidado								
	2022	Adicões	Baixas	CPC 02	CPC 42	Mudança de participação (a)	Incorporação (b)	Cisão (c)	2023
Pin Pad e POS	526.276	46.928	(78.759)	(4.389)	295	(149.310)	713	(36.758)	304.996
Equipamentos de informática	(9.576)	(1.320)	9.104	—	—	—	—	—	(1.792)
Instalações	(156.072)	(19.213)	16.245	(22)	—	66.882	—	2.177	(90.003)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(59.533)	(7.001)	2.356	322	—	1.658	—	19.457	(42.741)
Móveis e utensílios	(11.706)	(3.993)	3.426	539	—	16	—	392	(11.326)
Veículos	(6.576)	(777)	300	—	—	115	—	1.475	(5.463)
Direito de uso – Imóveis	(556)	(35)	—	69	—	—	—	—	(522)
Direito de uso – Veículos	(54.245)	(10.858)	15.266	467	—	9.912	—	1.716	(37.742)
Direito de uso – Equipamentos	(944)	—	—	—	—	944	—	—	—
Depreciação acumulada	(80)	—	—	—	—	80	—	—	—
Depreciação acumulada	(299.288)	(43.197)	46.697	1.375	—	79.607	—	25.217	(189.589)
Imobilizado	226.988	3.731	(32.062)	(3.014)	295	(69.703)	713	(11.541)	115.407

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Buy4, Stone Log e Franchising, cujas participações societárias foram vertidas para a STNE Invest em 02 de janeiro de 2023 em decorrência da cisão parcial da Companhia. (b) Referem-se aos saldos de imobilizado da empresa Equals, conforme laudo de avaliação da Equals utilizado como base para sua incorporação pela Companhia. (c) Referem-se aos saldos do imobilizado decorrente da cisão parcial da Companhia e consequente versão da parcela cindida STNE Invest, conforme indicado em laudo de avaliação da Companhia utilizado como base para a operação de cisão parcial.

12.10. Despesas de depreciação e amortização: A despesa de depreciação e amortização é lançada nas seguintes rubricas da demonstração do resultado:

Controladora	Consolidado			
2024	2023	2024	2023	
Custo dos serviços	8.843	2.501	40.133	45.760
Despesas gerais e administrativas	6.365	4.079	153.702	153.304
Despesas de vendas	284	47	5.130	200
Despesas de depreciação e amortização	15.492	6.627	198.965	199.264
Despesa de depreciação	413	104	39.087	43.197
Despesa de amortização (Nota 13.3)	15.079	6.523	159.878	156.067
Despesas de depreciação e amortização	15.492	6.627	198.965	199.264

12.11. Perda por redução do valor recuperável: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia indicadores de perda por redução do valor recuperável de ativo imobilizado. Os saldos foram testados a nível de unidade geradora de caixa ("UGC") em conjunto com o saldo de intangível e investimentos (Nota 13.4). **13. Intangível – 13.1. Políticas contábeis:** **13.1.1. Reconhecimento inicial:** Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. **13.1.2. Reconhecimento subsequente:** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperável. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução do valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada no consumo esperado pelo Grupo. **13.2.3. Combinacão de negócios:** O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas. Para mais detalhes sobre a aplicação destas técnicas e estimativas nas combinações de negócios consulte a Nota 4.2.

13.3. Composição dos saldos

Controladora	2023	Adicões	Baixas	Transferências	2024
Ágio	24.488	—	—	—	24.488
Relacionamento com clientes	2.502	—	—	2.620	5.122
Marcas e Patentes	1.973	—	—	1.659	3.632
Software	7.415	10.436	(4)	58.964	76.811
Propriedade intelectual	19.467	—	—	(19.467)	—
Acordo de não concorrência	221	—	—	(24.586)	(24.365)
Licença de uso	(340)	—	—	(340)	—
Software em andamento	869	4	—	(3)	870
Direito de uso – Software	388	(85)	—	303	—
Custo	56.983	10.355	(4)	19.187	86.521
Relacionamento com clientes	(312)	(239)	—	(2.620)	(3.171)
Propriedade intelectual	(3.435)	—	—	3.435	—
Acordo de não concorrência	(209)	—	—	209	—
Software	(2.247)	(14.837)	—	(17.956)	(35.040)
Licença de uso	263	—	—	(609)	(346)
Direito de uso – Software	(215)	(3)	—	(218)	—
Amortização acumulada	(6.155)	(15.079)	—	(19.187)	(40.421)
Intangivel	50.828	(4.724)	(4)	—	46.100

Vida útil estimada (anos)

Software	3-10																																																																																																																																																																																																																									
Relacionamento com clientes	2-34,5																																																																																																																																																																																																																									
Marcas e patentes	7-20																																																																																																																																																																																																																									
Acordo de não-competição	5																																																																																																																																																																																																																									
Licença de uso	3-5																																																																																																																																																																																																																									
Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. 13.1.3. Teste de impairment: O Grupo efetua o teste de impairment dos ativos no escopo da CPC 01 (R1) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que a Grupo possui ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos do Grupo sujeitos à CPC 01 (R1) são ativos intangíveis (incluindo ágio), ativos imobilizados e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução do valor recuperável ("perda por impairment") é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução do valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas <p>13.4. Teste de redução do valor recuperável de ativos intangíveis: O Grupo possui registrado saldos de ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados pela StoneCo (controladora final do Grupo) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma unidade UGC denominada "Empresas de software" na qual os saldos do Grupo foram alocados, conforme apresentado abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>Adicões</th> <th>Baixas</th> <th>Transferências</th> <th>CPC 02</th> <th>Imprement (a)</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ágio</td><td>5.129.679</td><td>139.528</td><td>(139.144)</td><td>—</td><td>(109)</td><td>3.558.149</td></tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td><td>1.671.887</td><td>10.777</td><td>(17.085)</td><td>—</td><td>—</td><td>1.665.579</td></tr> <tr> <td>Marcas e Patentes</td><td>262.092</td><td>2</td><td>(9.613)</td><td>—</td><td>—</td><td>252.481</td></tr> <tr> <td>Software</td><td>1.309.203</td><td>145.789</td><td>(156.218)</td><td>11.691</td><td>1.860</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Acordo de não concorrência</td><td>24.365</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>24.365</td></tr> <tr> <td>Licença de uso</td><td>8</td><td>—</td><td>—</td><td>(8)</td><td>—</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Intangivel em andamento</td><td>7.618</td><td>9.234</td><td>(15.949)</td><td>—</td><td>—</td><td>903</td></tr> <tr> <td>Direito de uso</td><td>1.203</td><td>(85)</td><td>—</td><td>170</td><td>—</td><td>1.288</td></tr> <tr> <td>Custo</td><td>8.406.055</td><td>305.245</td><td>(338.009)</td><td>11.853</td><td>1.751</td><td>(3.558.149)</td></tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td><td>(265.757)</td><td>(56.409)</td><td>15.845</td><td>—</td><td>—</td><td>(306.321)</td></tr> <tr> <td>Marcas e Patentes</td><td>(8.318)</td><td>(288)</td><td>3.646</td><td>—</td><td>—</td><td>(209)</td></tr> <tr> <td>Software</td><td>(603.786)</td><td>(98.080)</td><td>146.039</td><td>(11.684)</td><td>(446)</td><td>(567.957)</td></tr> <tr> <td>Acordo de não concorrência</td><td>(5.082)</td><td>(4.873)</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>(9.955)</td></tr> <tr> <td>Direito de uso</td><td>(566)</td><td>(228)</td><td>—</td><td>(169)</td><td>—</td><td>(963)</td></tr> <tr> <td>Amortização acumulada</td><td>(883.509)</td><td>(159.878)</td><td>165.530</td><td>(11.853)</td><td>(446)</td><td>(890.156)</td></tr> <tr> <td>Intangivel</td><td>7.522.546</td><td>145.367</td><td>(172.479)</td><td>—</td><td>1.305</td><td>(3.558.149)</td></tr> </tbody> </table> <p>(a) Mais detalhes na nota 13.4.</p> <p>13.5. Adicões, Baixas e Transferências:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>Adicões</th> <th>Baixas</th> <th>Transferências</th> <th>CPC 02</th> <th>Incorporação (a)</th> <th>Cisão (b)</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ágio</td><td>5.175.937</td><td>—</td><td>(14.286)</td><td>—</td><td>—</td><td>(31.972)</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td><td>1.672.063</td><td>5.940</td><td>(3.883)</td><td>—</td><td>—</td><td>(2.233)</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Marcas e Patentes</td><td>262.141</td><td>14</td><td>(1.5)</td><td>—</td><td>—</td><td>(45)</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Software</td><td>1.202.473</td><td>174.235</td><td>(35.299)</td><td>10.299</td><td>2.091</td><td>5.445</td><td>(345)</td></tr> <tr> <td>Acordo de não concorrência</td><td>24.365</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Licença de uso</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>8</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Intangivel em andamento</td><td>6.488</td><td>1.914</td><td>(976)</td><td>—</td><td>—</td><td>1.004</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Direito de uso</td><td>1.317</td><td>38</td><td>(332)</td><td>—</td><td>—</td><td>180</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Custo</td><td>8.344.784</td><td>182.141</td><td>(54.751)</td><td>(10.299)</td><td>2.091</td><td>6.637</td><td>(34.595)</td></tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td><td>(212.458)</td><td>(54.189)</td><td>600</td><td>—</td><td>—</td><td>290</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Marcas e Patentes</td><td>(8.337)</td><td>(1)</td><td>—</td><td>—</td><td>—</td><td>20</td><td>—</td></tr> <tr> <td>Software</</td></tr></tbody></table>	Consolidado	2023	Adicões	Baixas	Transferências	CPC 02	Imprement (a)	2024	Ágio	5.129.679	139.528	(139.144)	—	(109)	3.558.149	Relacionamento com clientes	1.671.887	10.777	(17.085)	—	—	1.665.579	Marcas e Patentes	262.092	2	(9.613)	—	—	252.481	Software	1.309.203	145.789	(156.218)	11.691	1.860	—	Acordo de não concorrência	24.365	—	—	—	—	24.365	Licença de uso	8	—	—	(8)	—	—	Intangivel em andamento	7.618	9.234	(15.949)	—	—	903	Direito de uso	1.203	(85)	—	170	—	1.288	Custo	8.406.055	305.245	(338.009)	11.853	1.751	(3.558.149)	Relacionamento com clientes	(265.757)	(56.409)	15.845	—	—	(306.321)	Marcas e Patentes	(8.318)	(288)	3.646	—	—	(209)	Software	(603.786)	(98.080)	146.039	(11.684)	(446)	(567.957)	Acordo de não concorrência	(5.082)	(4.873)	—	—	—	(9.955)	Direito de uso	(566)	(228)	—	(169)	—	(963)	Amortização acumulada	(883.509)	(159.878)	165.530	(11.853)	(446)	(890.156)	Intangivel	7.522.546	145.367	(172.479)	—	1.305	(3.558.149)	Consolidado	2023	Adicões	Baixas	Transferências	CPC 02	Incorporação (a)	Cisão (b)	2023	Ágio	5.175.937	—	(14.286)	—	—	(31.972)	—	Relacionamento com clientes	1.672.063	5.940	(3.883)	—	—	(2.233)	—	Marcas e Patentes	262.141	14	(1.5)	—	—	(45)	—	Software	1.202.473	174.235	(35.299)	10.299	2.091	5.445	(345)	Acordo de não concorrência	24.365	—	—	—	—	—	—	Licença de uso	—	—	—	—	—	8	—	Intangivel em andamento	6.488	1.914	(976)	—	—	1.004	—	Direito de uso	1.317	38	(332)	—	—	180	—	Custo	8.344.784	182.141	(54.751)	(10.299)	2.091	6.637	(34.595)	Relacionamento com clientes	(212.458)	(54.189)	600	—	—	290	—	Marcas e Patentes	(8.337)	(1)	—	—	—	20	—	Software</
Consolidado																																																																																																																																																																																																																										
2023	Adicões	Baixas	Transferências	CPC 02	Imprement (a)	2024																																																																																																																																																																																																																				
Ágio	5.129.679	139.528	(139.144)	—	(109)	3.558.149																																																																																																																																																																																																																				
Relacionamento com clientes	1.671.887	10.777	(17.085)	—	—	1.665.579																																																																																																																																																																																																																				
Marcas e Patentes	262.092	2	(9.613)	—	—	252.481																																																																																																																																																																																																																				
Software	1.309.203	145.789	(156.218)	11.691	1.860	—																																																																																																																																																																																																																				
Acordo de não concorrência	24.365	—	—	—	—	24.365																																																																																																																																																																																																																				
Licença de uso	8	—	—	(8)	—	—																																																																																																																																																																																																																				
Intangivel em andamento	7.618	9.234	(15.949)	—	—	903																																																																																																																																																																																																																				
Direito de uso	1.203	(85)	—	170	—	1.288																																																																																																																																																																																																																				
Custo	8.406.055	305.245	(338.009)	11.853	1.751	(3.558.149)																																																																																																																																																																																																																				
Relacionamento com clientes	(265.757)	(56.409)	15.845	—	—	(306.321)																																																																																																																																																																																																																				
Marcas e Patentes	(8.318)	(288)	3.646	—	—	(209)																																																																																																																																																																																																																				
Software	(603.786)	(98.080)	146.039	(11.684)	(446)	(567.957)																																																																																																																																																																																																																				
Acordo de não concorrência	(5.082)	(4.873)	—	—	—	(9.955)																																																																																																																																																																																																																				
Direito de uso	(566)	(228)	—	(169)	—	(963)																																																																																																																																																																																																																				
Amortização acumulada	(883.509)	(159.878)	165.530	(11.853)	(446)	(890.156)																																																																																																																																																																																																																				
Intangivel	7.522.546	145.367	(172.479)	—	1.305	(3.558.149)																																																																																																																																																																																																																				
Consolidado																																																																																																																																																																																																																										
2023	Adicões	Baixas	Transferências	CPC 02	Incorporação (a)	Cisão (b)	2023																																																																																																																																																																																																																			
Ágio	5.175.937	—	(14.286)	—	—	(31.972)	—																																																																																																																																																																																																																			
Relacionamento com clientes	1.672.063	5.940	(3.883)	—	—	(2.233)	—																																																																																																																																																																																																																			
Marcas e Patentes	262.141	14	(1.5)	—	—	(45)	—																																																																																																																																																																																																																			
Software	1.202.473	174.235	(35.299)	10.299	2.091	5.445	(345)																																																																																																																																																																																																																			
Acordo de não concorrência	24.365	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																			
Licença de uso	—	—	—	—	—	8	—																																																																																																																																																																																																																			
Intangivel em andamento	6.488	1.914	(976)	—	—	1.004	—																																																																																																																																																																																																																			
Direito de uso	1.317	38	(332)	—	—	180	—																																																																																																																																																																																																																			
Custo	8.344.784	182.141	(54.751)	(10.299)	2.091	6.637	(34.595)																																																																																																																																																																																																																			
Relacionamento com clientes	(212.458)	(54.189)	600	—	—	290	—																																																																																																																																																																																																																			
Marcas e Patentes	(8.337)	(1)	—	—	—	20	—																																																																																																																																																																																																																			
Software</																																																																																																																																																																																																																										

... continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 5.178 (R\$ 580 em 31 de dezembro de 2023) e receitas financeiras referentes a juros de mútuo e prestação de serviços no montante de R\$ 102.117 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2023). As principais operações com partes relacionadas foram: Contas a receber de partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024, referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, faturamento e saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas. Contas a pagar a partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo está composto substancialmente por saldo de reembolso, originados por rateios de despesas devidas para empresas do mesmo grupo. Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da STNE Par não refleteira a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

19. Provisão para contingências - 19.1. Políticas contábeis: Algumas entidades do Grupo são parte em processos trabalhistas, civis e tributários em andamento, os quais estão sendo tratados nas esferas administrativa e judicial. Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com confiabilidade. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa será necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que refletem avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso.

19.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: Em março de 2023, o Grupo atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios civis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, o Grupo passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos. Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, o Grupo reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, o Grupo estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Assim como ocorreu em março de 2023, esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira de processos. • Provisões trabalhistas e civis – Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão do Grupo respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. • Provisões fiscais – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

19.3. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial: As provisões para perdas prováveis decorrentes destes litígios são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, amparada na opinião de seus assessores jurídicos externos. O montante, a natureza e o movimento dos passivos estão resumidos como segue:

Controladora	Civil	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	10	5.655	5.665
Adições	4	170	–	174
Reversões	(4)	(174)	(4.012)	(4.190)
Juros	8	676	684	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	14	2.319	2.333
Consolidado	Civil	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.274	19.606	160.580	183.460
Adições	4.084	4.627	5.655	14.366
Reversões	(4.583)	(19.041)	(56.698)	(80.322)
Juros	757	1.563	19.719	22.039
Pagamentos	(206)	(1.860)	(5.509)	(7.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.326	4.895	123.747	131.968
Adições	3.586	2.542	–	6.128
Reversões	(2.674)	–	(16.356)	(19.030)
Juros	390	1.333	12.745	14.468
Pagamentos	(2.110)	(2.889)	(31)	(5.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.518	5.881	120.105	128.504

A Companhia é parte em diversas ações judiciais, civis e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza cível se relacionam à principal frente de atuação da Companhia, qual seja software, no montante de R\$ 2.232 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2023). **19.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial:** O Grupo possui os seguintes litígios civis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

	2024	2023
Civil	28.229	27.865
Trabalhistas	1.970	1.030
Fiscais ^(a)	73.412	82.376
Total	103.611	111.271

(a) A administração da empresa reconheceu a necessidade de contabilizar uma provisão decorrente de alteração de jurisprudência dos tribunais superiores. No que tange ao passivo contingente, destaca-se ação indenizatória ajuizada por um fornecedor de uma das empresas do grupo cujo escopo relaciona-se à utilização de determinado software próprio e fornecido pelo próprio parceiro, totalizando R\$ 26.835 até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.596 em 31 de dezembro de 2023). **19.5. Depósitos Judiciais:** Para certas contingências, o Grupo fez depósitos judiciais, que são reservas legais que o Grupo é obrigado a fazer pelos tribunais brasileiros como garantia por quaisquer danos ou acordos que o Grupo possa ser obrigado a pagar como resultado de litígios. O valor dos depósitos judiciais no consolidado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.708 (R\$ 10.980 em 31 de dezembro de 2023), os quais estão incluídos em Outros ativos no ativo não circulante. **20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 2.726.016 (R\$ 2.635.908 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 981.769 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas na forma da tabela abaixo:

	2024	2023
Acionistas		
Pais sede	Participação (%)	Participação (%)
DLP Capital LLC ("DLP Capital")	EUA	% 99,99
	0,01	% 891.769
DLPPar Participações S.A. ("DLPPar")	Brasil	% –
	100,00	100,00
Total de ações do Capital Social	% 981.769	% 891.662

Em 02 de janeiro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a consequente constituição de uma nova sociedade, a STNE Investimentos S.A. Esta movimentação societária resultou na redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 230.316, passando de R\$ 2.962.462 para R\$ 2.732.146 mediante cancelamento o cancelamento de 83.146.602 ações ordinárias. Em 01 de agosto de 2023, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Como resultado, houve uma redução de capital da companhia no valor de R\$ 96.238, passando o capital social de R\$ 2.732.146 para R\$ 2.635.908, mediante cancelamento de 96.238.033 ações ordinárias. Em 02 de outubro de 2023, foi aprovada a incorporação da Equals S.A. pela Companhia e não resultou em aumento de capital social da Companhia por força da aplicação do método de equivalência patrimonial, uma vez que a Equals S.A. era uma subsidiária integral da Companhia. Em 16 de abril de 2024, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 77.000, mediante a emissão de 77.000 novas ações. Até 31 de dezembro de 2024, este montante não foi integralizado. Em 27 de setembro de 2024, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a conferência de quotas detidas pela DLP Capital LLC em determinadas sociedades (Linx Impulse, Linx Auto e Sponte Educação), no montante de R\$ 13.108, totalmente subscrito e integralizado, correspondente a 13.107.502 novas ações. Após os eventos mencionados, o capital social da Companhia passou de R\$ 2.635.908 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 2.649.016 em 31 de dezembro de 2024, composto por R\$ 2.726.016 de capital subscrito e R\$ 77.000 de capital a integralizar. **20.2. Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui reserva de capital de R\$ 4.439.408 (R\$ 4.422.841 em 31 de dezembro de 2023). **20.3. Outros resultados abrangentes:** Outros Resultados Abrangentes ("OCI"), representa os lucros ou prejuízos não relatados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isso inclui transações e operações da Companhia que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. O quadro apresenta o saldo acumulado de cada categoria de OCI em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	2024	2023
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	–	20.043
Mudança na participação relativa controladas	–	(9.385)
	2024	2023

Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira

Mudança na participação relativa controladas

STNE Participações S.A.				Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	10.858	13.565	–	–	(-) Impostos sobre vendas	(1.803)	(411)	(2.167)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes					Receita líquida de transações	3.044	568	2.588
Baixa benefício pós emprego	–	–	200	(11.476)	(12.023)	75.312	25.854	1.433.210
Feito da aplicação da hiperinflação	–	–	–	–	(-) Impostos sobre vendas	(7.086)	(1.718)	(13.866)
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	(11.476)	(12.023)	–	–	Receita líquida de software	68.226	24.136	1.290.058
Total	(618)	1.542	(618)	1.542	Receita bruta de outros serviços	31.214	1.792	126.681
					(-) Impostos sobre vendas	(3.252)	(845)	(3.252)
					Receita líquida de serviços	27.962	947	123.429
					Perda por impairment do ágio do negócio	99.231	25.650	1.416.075
					Recomendação de reconhecimento da receita	3.044	568	11.529
					Recomendação ao longo do tempo	96.187	25.082	1.435.242
					Receita líquida de serviços	99.231	25.650	1.446.770
					Momento do reconhecimento de custos e despesas por natureza			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Perda por impairment do ágio do negócio	3.558.049	–	3.558.049	–	Perda por impairment do ágio do negócio	13.695	–	13.695
Despesas com pessoal (Nota 25.5)	33.755	11.029	655.716	699.405	Despesas com pessoal	2.141	–	2.141
Depreciação e amortização (Nota 12.10)								

... continuação

investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperacão de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

26.2.6. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo optou por classificar alguns de seus investimentos patrimoniais nesta categoria, incluídos em aplicações financeiras.

Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro) ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigado a restituir.

26.2.8. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros: O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas as receber de clientes.

26.3. Passivos financeiros: **26.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração:**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem Fornecedores, Emprestimos e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, Dividendos a pagar e outros passivos.

26.3.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

26.3.3. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Outros passivos.

26.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Fornecedores, Emprestimos e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, Dividendos a pagar e outros passivos.

26.3.5. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo tipo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

26.3.6. Valor justo de instrumentos financeiros: O Grupo mensura instrumentos financeiros, tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pelo vendedor de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre:

• No mercado principal do ativo ou passivo; ou

• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precisar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

• Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

• Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

• Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houver transferências entre níveis na hierarquia realavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

26.3.7. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

26.3.8. Instrumentos financeiros derivativos: Ocacionalmente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar seus riscos de moeda estrangeira e de taxa de juros. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Certos contratos de compra e venda de ações celebrados pela Companhia para

Mateus Scherer Schwening – Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretoria da STNE Participações S.A. | São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladoras, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladoras. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 11 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP 034.519/0-6
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP 241.544/0

aquisição de controladas e coligadas incluem opções de compra para aquisição de participações adicionais nas investidas, as quais são classificadas como derivativos embutidos. Cada uma das opções é mensurada a VJR de acordo com fórmulas pré-determinadas e registradas no balanço patrimonial consolidado como um ativo na rubrica Instrumentos financeiros derivativos.

26.3.9. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

26.4. Gestão de riscos: As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico do Grupo, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excessões de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompendo as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. Além disso, se os clientes continuarem a se desvirtuar adversamente afetadas, as taxas de inadimplência das soluções de crédito provavelmente aumentarão. Adicionalmente, a contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e o Grupo pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem.

26.4.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco da empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

26.4.2. Risco de liquidez: A capacidade de liquidar os ativos financeiros é fundamental para a continuidade operacional da Companhia. A liquidez é medida pelo nível de liquidez, que é o valor contábil dos ativos financeiros dividido pelo valor contábil das contas a pagar.

26.4.3. Risco de variação cambial: O risco de variação cambial é o risco de que as taxas de câmbio entre as moedas estrangeiras e o real brasileiro se movam de forma desfavorável, resultando em perdas monetárias.

26.4.4. Risco de fraude: O risco de fraude é o risco de que os clientes e fornecedores possam cometer fraudes que resultem em perdas financeiras para a Companhia.

26.4.5. Risco de investimento de excessões de caixa: O risco de investimento de excessões de caixa é o risco de que os investimentos realizados em excessões de caixa possam não gerar retornos adequados.

26.4.6. Risco de não cumprimento: O risco de não cumprimento é o risco de que os fornecedores e parceiros não cumprirão com suas obrigações.

26.4.7. Risco de desvalorização de ativos financeiros: O risco de desvalorização de ativos financeiros é o risco de que os ativos financeiros possam perder valor devido a mudanças no ambiente econômico ou político.

26.4.8. Risco de regulamentação: O risco de regulamentação é o risco de que as regulamentações legais possam afetar negativamente a Companhia.

26.4.9. Risco de descontinuidade operacional: O risco de descontinuidade operacional é o risco de que a Companhia possa não mais se manter em continuidade operacional.

26.4.10. Risco de perda de credibilidade: O risco de perda de credibilidade é o risco de que a Companhia possa perder a credibilidade de seus stakeholders.

26.4.11. Risco de perda de capital: O risco de perda de capital é o risco de que a Companhia possa perder seu capital.

26.4.12. Risco de perda de reputação: O risco de perda de reputação é o risco de que a Companhia possa perder sua reputação.

26.4.13. Risco de perda de clientes: O risco de perda de clientes é o risco de que os clientes possam deixar de fazer negócios com a Companhia.

26.4.14. Risco de perda de fornecedores: O risco de perda de fornecedores é o risco de que os fornecedores possam deixar de fornecer produtos ou serviços à Companhia.

26.4.15. Risco de perda de parceiros: O risco de perda de parceiros é o risco de que os parceiros possam deixar de colaborar com a Companhia.

26.4.16. Risco de perda de investidores: O risco de perda de investidores é o risco de que os investidores possam vender suas ações.

Enops Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 69.183.143/0001-82

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Ativo Circulante	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023	Lucro líquido do exercício	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.288.703	5.793.868	Fornecedores	11	1.056.772	1.263.136	Receita operacional líquida	17	139.053.007	112.613.961	Fluxo de caixa das atividades operacionais				7.009.875	5.815.191
Clientes	4	44.887.943	64.919.234	Empreéstimos e financiamentos	11	21.415.983	14.189.302	(-) Custo dos produtos serviços prestados	18	(119.316.795)	(92.458.404)	Lucro líquido do exercício					
Impostos a recuperar	5	6.669.270	3.207.866	Debêntures	12	3.705.284	9.093.137	(=) Lucro bruto		19.736.212	20.155.557	Depreciação e amortização	332.372				
Conta corrente com consorciadas	6	1.650.363	517.667	Obrigações trabalhistas e sociais	13	3.216.680	2.978.695	Itens que não afetam o caixa operacional				Baixa de Ativo imobilizado intangível					
Outras contas a receber		870.683	1.776.700	Obrigações tributárias	14	2.051.922	810.163	Resultado da equivalência patrimonial	8	629.180	(13.720)	Resultado da equivalência patrimonial	629.181	(13.720)			
		80.366.962	76.215.335	Outras contas a pagar		50.217	114.877	Participação de minoritário no resultado de SCP									
Não circulante				Tributos diferidos	14	1.186.305		Provisão dos juros do exercício		1.040.478							
Realizável a longo prazo				Conta corrente com consorciadas	6	2.285.022	2.968.306	Provisão dos juros do exercício debênture		1.543.051							
Clientes	4	25.358.698	18.705.648	Não circulante		34.968.185	31.417.616	Impostos Diferidos		3.036.983							
Partes relacionadas	7	4.386.003	7.616.519	Patrimônio líquido		33.228.292	36.411.870	Provisão de IR e CS		376.222							
Investimentos	8	553.810	544.775	Capital social	16	20.000.000	20.000.000	Lucro antes do resultado financeiro	20.149.030	19.013.650	Lucro do exercício ajustado	13.968.162	12.537.831				
Imobilizado	9	4.235.954	4.568.326	Reserva legal	16	4.000.000	4.000.000	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(8.347.905)	(10.148.753)	Aumento/(diminuição) dos ativos e passivos operacionais						
		47.789.764	51.113.101	Reserva de lucros	16	22.704.950	15.821.171	Clientes	13.378.241	10.072.329	Clients						
		34.534.465	31.455.268	Total do passivo e patrimônio líquido		46.704.950	39.821.171	Impostos a recuperar	(3.461.404)	(2.679.322)	Impostos a recuperar						
Total do ativo		114.901.427	107.650.603					Outras contas a receber	906.017	(1.056.983)	Outras contas a receber						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.																	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total		2024	2023	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	23.163.317	14.965.479	Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Saldos em 1º dezembro de 2023	17.500.000	3.500.000	16.205.926	—	—	7.009.875	5.815.191	Redução de capital em investidas			Redução de capital em investidas						
Lucro líquido do período				5.815.191	5.815.191			Aumento Capital em Investidas			Aumento Capital em Investidas						
Aumento de Capital	2.500.000	—	—	(2.500.000)	(2.500.000)			Aquisições do Imobilizado			Aquisições do Imobilizado						
Constituição de reserva	—	500.000	(500.000)	—	—			Baixa de Ativo imobilizado			Baixa de Ativo imobilizado						
Dividendos distribuídos	—	—	(3.200.000)	—	(3.200.000)			Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos			Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos						
Destinação a reserva de lucro	—	—	5.815.191	(5.815.191)	—			Redução de capital em investidas	—	14.145	Redução de capital em investidas						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000.000	4.000.000	15.821.171	—	—	7.009.875	5.815.191	Aumento Capital em Investidas			Aumento Capital em Investidas						
Lucro líquido do período				—	—			Aquisições do Imobilizado			Aquisições do Imobilizado						
Constituição de reserva	—	—	—	—	—			Baixa de Ativo imobilizado			Baixa de Ativo imobilizado						
Dividendos distribuídos	—	—	(126.042)	—	(126.042)			Caixa líquido consumido pelas atividades de finanças			Caixa líquido consumido pelas atividades de finanças						
Destinação a reserva de lucro	—	—	—	—	—			Captacão Conta garantida			Captacão Conta garantida						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000.000	4.000.000	22.704.950	—	—	46.704.950	39.821.171	Liquidacão Conta Garantida	679.078	(3.348.567)	Liquidacão Conta Garantida						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.																	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais						Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total		2024	2023	Redução de capital em investidas			Redução de capital em investidas						
Saldos em 1º dezembro de 2023	17.500.000	3.500.000	16.205.926	—	—	7.009.875	5.815.191	Aumento Capital em Investidas			Aumento Capital em Investidas						
Lucro líquido do período				5.815.191	5.815.191			Aquisições do Imobilizado			Aquisições do Imobilizado						
Aumento de Capital	2.500.000	—	—	(2.500.000)	(2.500.000)			Baixa de Ativo imobilizado			Baixa de Ativo imobilizado						
Constituição de reserva	—	500.000	(500.000)	—	—			Caixa líquido consumido pelas atividades de finanças			Caixa líquido consumido pelas atividades de finanças						
Dividendos distribuídos	—	—	(3.200.000)	—	(3.200.000)			Captacão Principal			Captacão Principal						
Destinação a reserva de lucro	—	—	5.815.191	(5.815.191)	—			Pagamento Principal	—		Pagamento Principal						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000.000	4.000.000	15.821.171	—	—	7.009.875	5.815.191										
Lucro líquido do período				—	—												
Constituição de reserva	—	—	—	—	—												
Dividendos distribuídos	—	—	(126.042)	—	(126.042)					</							

... continuação

demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da Receita – estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão das obras ("POC"):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Porcentagem de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar parte das receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a Administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativas dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **Resposta de auditoria ao assunto:** Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da Administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela Administração são

Enops Engenharia S.A.

consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração prenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
Andre Silva Moura
Contador CRC 1SP 300.564/O-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRCode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 54.969.134/0001-44

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						
Ativo		2024	2023	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros acumulados	Lucros acumulados	Total
Circulante				5.000.000	1.000.000	4.348.259	(487.842)	9.860.417
Caixa e equivalentes de caixa		2.137.115	1.773.034	–	–	8.226.424	(8.226.424)	7.738.582
Clientes		13.984.055	14.073.704	–	400.000	(400.000)	–	–
Impostos a recuperar		1.001.531	723.110	2.000.000	–	(2.000.000)	–	–
Conta corrente com consórcios		45.703	71.086	–	–	(2.446.282)	–	(2.446.282)
Outras contas a receber		45.503	44.280	–	–	–	–	–
	17.213.907	16.685.214		7.000.000	1.400.000	7.728.400	6.280.587	15.152.717
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Clientes		17.047.626	10.464.215	–	–	6.280.587	(6.280.587)	–
Total do ativo		34.261.533	27.149.429					
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores		9.053	2.478					
Debêntures		3.127.906	4.349.698					
Financiamentos		1.908.000	–					
Obrigações trabalhistas e sociais		77.257	69.716					
Obrigações tributárias		283.449	88.925					
Obrigações tributárias Diferidas		498.569	–					
Outras obrigações a pagar		358	–					
Conta corrente com consórcios		56.179	234.214					
	5.960.771	4.744.939						
Não Circulante								
Debêntures		2.537.685	5.680.366					
Emprestimo e Financiamento		304.6644	–					
Obrigações tributárias		1.562.130	1.571.405					
	7.146.459	7.251.773						
Patrimônio líquido								
Capital social		7.000.000	7.000.000					
Reserva legal		1.400.000	1.400.000					
Reserva de lucros		12.754.303	6.752.717					
	21.154.303	15.152.717						
Total do passivo e patrimônio líquido		34.261.533	27.149.429					
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)								
1. Contexto operacional – A Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, comércio e prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos, serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento, serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento, execução e administração de obras. A Companhia também opera através da participação em outras empresas (Consórcios) a seguir relacionadas: a. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado : Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consorciado e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: a) Consórcio ENOPS-COMPUWAY VRP SUL : para execução do Contrato e Prestação de Serviços de Engenharia junto a SABESP (nº 28.275/15); b) Consórcio Vila do Encontro , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 14.330/16); c) Consórcio Performance Meta , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 01.795/18); d) Consórcio Performance Melhor Performance , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 02.174/18); e) Consórcio Performance Itaim Paulista , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 03.971/19); f) Consórcio Performance Ermelino Matarazzo , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 407/20); g) Consórcio Optimização Leste , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (nº 641/20). h) Consórcio Performance Vila Formosa , para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a SABESP (No. 02.578/21); i) Consórcio Vidagua : para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (nº0262.22). 2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais – 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis : A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de março de 2025. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Acções, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação do ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado porcentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas do orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período; (e) determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação as estimativas. 2.2. Práticas contábeis materiais adotadas : As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa : Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. 2.2.2. Contas a receber de clientes : As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.2.3. Imobilizado : O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. 2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos : O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de ativo. 2.2.5. Provisões : As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Durante o exercício não foram identificados valores em processos judiciais a provisionar. 2.2.6. Debêntures : As debêntures tomadas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró-rata temporis"). 2.2.7. Passivo circulante e não circulante : Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.2.8. Imposto de renda e contribuição social [lucro presumido] : Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual da presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas aliquotas regulares de 15% acrescido de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. 2.2.9. Reconhecimento de receita : Receitas de contratos por performance: as receitas da prestação de serviços de engenharia quando a remuneração do contrato administrativo é por performance/desempenho é reconhecida levando-se em consideração o as etapas contratuais do contrato administrativo, na fase de implantação o reconhecimento da receitas não leva em consideração o valor da bonificação, quando na próxima fase a de apuração da performance as metas contratuais estiverem sendo atendidas, há uma avaliação pela Administração sobre o reconhecimento e não da receita referente ao valor da bonificação, acompanhando o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeita ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medida pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados, cumprindo os seguintes requisitos: • Identificação do Contrato e seu tipo de remuneração; • Identificação da fase contratual e da obrigação de desempenho; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação; • Reconhecimento da receita. Receitas de contratos por preço unitário ou global: são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controlo: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. 2.2.10. Apuração do resultado : Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados pelo método indireto e estão apresentados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa. 2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela								
Carlos José Teixeira Berenhauser – Diretor Geral	Eduardo Cerqueirani – Diretor Financeiro	Thais Luz Fernandes – CRS SP 1SP 338.313/0-4						

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis								
Aos Acionistas e Administradores da Compuway Comercial e Serviços S.A. – São Paulo-SP								
Opinião sobre as demonstrações contábeis : Examinamos as demonstrações contábeis da Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Compuway Comercial e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis : Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Nosso objetivo é reconhecer levando-se em consideração o as etapas contratuais do contrato administrativo, na fase de implantação o reconhecimento da receitas não leva em consideração o valor da bonificação, quando na próxima fase a de apuração da performance as metas contratuais estiverem sendo atendidas, há uma avaliação pela Administração sobre o reconhecimento e não da receita referente ao valor da bonificação, acompanhando o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeita ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medida pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados, cumprindo os seguintes requisitos: • Identificação do Contrato e seu tipo de remuneração; • Identificação da fase contratual e da obrigação de desempenho; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação; • Reconhecimento da receita. Receitas de contratos por preço unitário ou global: são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controlo: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. 2.4. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras : A nova norma que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substituiu a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil – efetiva para períodos iniciados em ou								

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 - NIRE 35.367.174.551

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2025

1) Data, Hora e Local: Aos 06 de março de 2025, às 10h00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luís, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo. **2) Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3) Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **4) Ordem do Dia:** (i) Lavrata a ata em forma de sumário; (ii) Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Sociedade, bem como a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social; (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5) Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovou a alteração do endereço da sede da Sociedade de Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luís, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo para Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar - Ala B, Cidade e Estado de São Paulo. Diante do exposto acima, o Artigo 2º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigor consoante do disposto abaixo: "Artigo 2º. A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar - Ala B." (iii) Em razão da alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza, nos termos transcritos no Anexo I da presente Ata. **6) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. **7) Assinaturas:** Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, Acionista: Stellantis Financial Services Europe S.A., representado por seu procurador Jean Pierre Avril, São Paulo, 06 de março de 2025. Acionista: Stellantis Financial Services Europe S.A. (p.p. Jean Pierre Avril). Mesa: **Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente da Mesa; Carolina Mazmanian Bonfim – Secretária da Mesa. Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1 A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**, adiante referida simplesmente como **Companhia**, é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2 A Companhia** tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar - Ala B. **Artigo 3 A Companhia** tem como objeto social a realização de operações de crédito, financiamento, investimento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A **Companhia** poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio, acionista ou quotista, observadas as restrições e exigências regulamentares aplicáveis. **Artigo 4** O prazo de duração da **Companhia** é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** **Artigo 5** O capital social é de R\$ 1.029.755.831,86 (um bilhão, vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 938.315.692,261 (novecentos e trinta e oito bilhões, trezentos e quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ Único** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais da **Companhia**. **Capítulo III – Da Administração.** **Artigo 6** A **Companhia** será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei, deste estatuto social. **Artigo 7** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, e caberá ao Conselho de Administração efetivar a distribuição da verba individualmente. **Seção I – Do Conselho de Administração.** **Artigo 8** O Conselho de Administração da **Companhia** será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§ 1º** O Conselho de Administração designará, dentre os conselheiros eleitos, o Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º** FIndo o prazo de mandato previsto no caput deste Artigo, os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos eleitos pela Assembleia Geral. **Artigo 9** A investidura no cargo de conselheiro far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da **Companhia**. **Artigo 10** Além de outras atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: **a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;** **b) eleger e destituir os Diretoiros da Companhia e fixar sua remuneração;** **c) fiscalizar a gestão dos Diretoires, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;** **d) convocar, na forma deste Estatuto Social, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;** **e) manifestar-se sobre a realização da Administração e as contas da Diretoria;** **f) escolher e destituir os auditores independentes;** **g) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação, obedecida a regulamentação para a constituição de reservas obrogatórias, do lucro líquido apurado em cada exercício social;** **h) submeter à Assembleia Geral a proposta de qualquer alteração significativa no objeto social da Companhia, incluindo a inclusão de qualquer nova linha de negócios;** **i) alterações nas regras internas da Companhia e propositas, a Assembleia Geral de Acionistas, da alteração desse Estatuto Social (salvo no caso de alterações técnicas conforme venham a ser exigidas pela legislação aplicável);** **j) aprovação do orçamento anual (com exceção de recálculos) da Companhia;** **k) propostas à Assembleia Geral, bem como transformação, dissolução ou liquidação da Companhia;** **l) aprovação, definição ou alteração de princípios, políticas e diretrizes internas da Companhia, conforme determinado pela legislação e regulamentação vigentes;** **m) aquisição ou alienação de ativos de titularidade da Companhia, que não tenham sido aprovados no orçamento, por preço (incluindo, para fins de esclarecimento, cessão ou assunção de dívidas) ou por enterprise value, superior a R\$750.000,00;** **n) criação de filiais ou constituição de sociedades controladas pela Companhia;** **o) salvo se permitido pelos princípios, políticas e diretrizes internas da Companhia, contrair dívidas e empréstimos, que não tenham sido aprovados no orçamento, superiores a R\$ 620.000.000,00;** **p) propostas à Assembleia Geral de Acionistas relativas a aumento ou redução do capital social da Companhia;** **q) despesas (capital expenditures) da Companhia, não aprovadas no orçamento, superiores a R\$750.000,00;** **r) celebração, rescisão ou aditamento material de contratos materiais celebrados entre a Companhia e terceiro, não aprovados no orçamento, envolvendo a realização ou recebimento de pagamento anual superior a R\$ 750.000,00;** **s) celebração, rescisão ou aditamento material de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer (i) de seus acionistas, e/ou (ii) sociedade controlada por, controladora de ou que esteja sob o controle comum com qualquer acionista da Companhia;** **t) qualquer alteração (i) nas condições dos contratos de trabalho que possam aumentar os custos totais de pessoal da Companhia em mais de R\$ 750.000,00 por ano, ou (ii) na remuneração de qualquer empregado da Companhia em mais de R\$ 200.000,00 por ano;** **u) inicio de litígios, ou celebração de acordo em litígios, ou decisão estratégica em litígios em andamento (p.ex., recorrer ou deixar de recorrer) com relação a ações que envolvam montante superior a R\$ 520.000,00;** **v) aprovação de qualquer mudança ou alteração na organização da Companhia nos níveis de departamento, ou acima, e de suas respectivas funções;** **w) deliberação sobre qualquer matéria ou controvérsia apresentada ao Conselho de Administração por qualquer Diretor.** **Artigo 11** O Conselho de Administração reunir-se-á no menos uma vez por ano e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do Presidente ou mediante proposta de qualquer de seus membros, (i) com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em primeira convocação, e com pelo menos 3 (três) dias de antecedência em segunda convocação, ou (ii) com 1 (um) dia útil de antecedência em casos de emergência. **§ 1º** A ordem do dia das reuniões do Conselho de Administração será determinada pelo Presidente ou pelo membro que convocar a reunião. Além da ordem do dia, da convocação da reunião deverá também constar a data, local e horário da reunião, devendo estar acompanhada dos documentos necessários para a discussão de tais matérias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá incluir novas matérias à ordem do dia, desde que tal inclusão seja acompanhada dos documentos necessários à discussão de tais matérias e seja observada a antecedência prevista no caput deste Artigo. **§ 2º** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de 2 (dois) conselheiros. Caso tal quorum não seja verificado em primeira convocação, o mesmo quorum será necessário para que se instale a reunião do Conselho de Administração em segunda convocação. Caso o quorum tampoco seja verificado em segunda convocação, a reunião do Conselho de Administração poderá ser convocada por uma terceira vez e instalar-se-a com a presença de qualquer número de conselheiros. **§ 3º** Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração pessoalmente ou remotamente, inclusive por meio de teleconferência, videoconferência, internet ou por qualquer outro meio que permita a comunicação em tempo real, ficando estabelecido que (i) tal meio deve ser acordado antecipadamente entre os Conselheiros, e (ii) mediante requisição prévia, tal conselheiro terá o direito de participar da reunião e proferir o seu voto (e ser considerado como presente para fins de verificação do quorum). **§ 4º** Os conselheiros poderão enviar o seu voto por escrito para qualquer dos demais conselheiros que estejam presentes na reunião, via e-mail, fac-símile, carta registrada ou carta entregue pessoalmente. **§ 5º** As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos. **§ 6º** As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e assinadas por todos os membros presentes. **§ 7º** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 12** O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os conselheiros no exercício de suas atribuições. Competirá ao Conselho de Administração definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. **Seção II – Da Diretoria.** **Artigo 13** A Diretoria da **Companhia** será composta por 7 (sete) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente ("CEO"), um Diretor Financeiro ("CFO"), um Diretor de Risco ("CRO"), um Diretor de Operações ("COO"), um Diretor Comercial ("CCO"), um Diretor de Marketing ("CMO") e um Diretor de TI ("CTO"). **§ 1º** Em caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, este será substituído por outro Diretor indicado pelo Conselho de Administração. **§ 2º** FIndo o prazo de mandato previsto no caput deste Artigo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, eleitos pelo Conselho de Administração. **Artigo 14** A investidura no cargo de Diretor far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria. **Artigo 15** A Diretoria fica investida dos mais amplos poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos objetivos e fins da **Companhia**, inclusive o de transigir, celebrar acordos, renunciar direitos, prestar fianças, adquirir, permitir, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos da **Companhia**, salvo para as hipóteses em que se fizer necessário a prévia aprovação do Conselho de Administração. **§ 1º** Todos os atos e instrumentos, inclusive notas promissórias, letras de câmbio ou outros títulos equivalentes, que criem, modifiquem ou extingam obrigações atinentes à **Companhia**, serão obrigatoriamente assinados: (i) Por 02 Diretores em conjunto; ou (ii) 1 (um) procurador com poderes especiais em conjunto com 1 (um) Diretor; ou (iii) 2 (dois) procuradores com poderes especiais. **§ 2º** A **Companhia** poderá, por meio da assinatura de quaisquer Diretores agindo em conjunto, respeitado o disposto no § 1º acima, nomear procuradores para representá-la nos limites dos poderes expressos conferidos nos respectivos mandatos, os quais, com exceção daqueles para fins judiciais, terão um prazo de validade não superior a 2 (dois) anos. **§ 3º** A **Companhia** poderá ser, excepcionalmente, representada por 1 (um) único Diretor ou procurador com poderes especiais, nos termos que vierem a ser aprovados pelo Conselho de Administração, sendo certo que tais instrumentos de mandato terão prazo de validade não superior a 2 (dois) anos. **§ 4º** A **Companhia** poderá ser representada por um Diretor, isoladamente, ou por um procurador, isoladamente, independentemente de prévia autorização da Diretoria, do Conselho de Administração ou da Assembleia, para praticar os atos de representação da **Companhia** em juízo, em processos administrativos, e perante repartições públicas e autoridades administrativas em geral, nas esferas federal, estadual e municipal e demais órgãos da administração direta e indireta quanto à apresentação e retirada de documentos, solicitação de certidões, assinatura de formulários, declarações, petições e recursos; procedimentos de registro, fornecimento e recebimento de informações. O Diretor ou o procurador deverá cientificá-los demais Diretores acerca dos atos praticados. **Artigo 16** A Diretoria não atuará como um órgão colegiado, exceto para a criação de comitês, conforme previsto no Artigo 19 abaixo, incluindo a indicação de seus membros e a aprovação de seus regimentos internos. **Artigo 17** Não obstante o disposto no Artigo 16 acima, a Diretoria reunir-se-á ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do CEO. **§ Único** Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á a competente ata em livro próprio, que será assinada por todos os presentes. **Artigo 18** Qualquer desacordo entre os membros da Diretoria deverá ser levado ao CEO, que atuará como mediador da questão. Caso persista o desacordo, a matéria em questão deverá ser decidida pelo Conselho de Administração da **Companhia**. **Artigo 19** A Diretoria poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os diretores no exercício de suas atribuições. Competirá à Diretoria definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. **Capítulo IV – Do Conselho Fiscal.** **Artigo 20** A **Companhia** terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, cujas funções e atribuições são aquelas previstas em lei e indelegáveis. **§ 1º** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do respectivo artigo de convocação a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto. **§ 2º** Caberá à Assembleia Geral que instalou o Conselho Fiscal eleger os seus membros, bem como fixar, em conformidade com o disposto no Artigo 162, § 3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as suas respectivas remunerações. **§ 3º** O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após a sua instalação. **§ 4º** As atribuições e os poderes do Conselho fiscal são aqueles definidos em lei. **Capítulo V – Do Comitê de Remuneração.** **Artigo 21** A **Companhia** terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo 4 e no máximo 8 membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração da **Companhia**. **§ 1º** Pelo menos um dos membros do Comitê de Remuneração não será administrador da **Companhia**. **§ 2º** Os membros do Comitê de Remuneração deverão ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da **Companhia**, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 3º** Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição desde que o prazo de sua permanência no Comitê de Remuneração não exceda o limite máximo de 10 (dez) anos. **§ 4º** Os membros do Comitê de Remuneração não farão jus a qualquer remuneração pelo exercício desse cargo. **§ 5º** O Conselho de Administração poderá destituir membro do Comitê de Remuneração a qualquer tempo. **Artigo 22** São atribuições do Comitê de Remuneração: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores da **Companhia**, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisão da implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores da **Companhia**; (iii) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores da **Companhia**, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração da **Companhia** o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores da **Companhia**; (vi) analisar a política de remuneração dos administradores da **Companhia** em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários ao Conselho de Administração da **Companhia**; (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores da **Companhia** esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da referida instituição e com o disposto na regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar da 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, com observância das prescrições legais regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 23** Competirá ao Conselho de Administração definir as demais regras de funcionamento do Comitê de Remuneração da **Companhia**, incluindo as formas de convocação, instalação e deliberação de suas reuniões. **Capítulo VI – Da Assembleia Geral.** **Artigo 24** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Artigo 25** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. **§ Único** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da **Companhia** ou advogado. **Artigo 26** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á 1 (um) vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, incluindo sua alocação para reservas; e **c)** eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso. **Artigo 27** Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral Extraordinária decidir sobre as seguintes matérias: **a)** Aprovar alterações ao Estatuto Social; **b)** Aprovar aumentos ou reduções do capital social da **Companhia**, bem como a criação de nova classe de ações ou modificações nas preferências, vantagens ou características das classes já existentes; **c)** Aprovar incorporação, cisão, fusão, contribuições, drop-down envolvendo a **Companhia** ou sua transformação em outro tipo societário; **d)** Aprovar a dissolução ou liquidação, da bem como a apresentação de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da **Companhia**; **e)** Aprovar a distribuição intermediária de lucros da **Companhia**, nos termos do Artigo 33 abaixo; **f)** Aprovar a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como a remuneração global a ser oferecida a os membros da administração da **Companhia**; **g)** Todas as demais matérias previstas no Art. 122 da Lei 6.404/76. **Artigo 28** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções estatutárias ou legais, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo VII – Da Ouvíndia.** **Artigo 29** A **Companhia** terá uma Ouvíndia, composta de 1 (um) Ouvíndor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, mediante proposta do Conselho de Administração, com mandato de 2 (vinte e quatro) meses. **§ 1º** O Ouvíndor será nomeado dentre pessoas que preencham as condições e os requisitos mínimos para garantir o bom funcionamento da Ouvíndia, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e

Chontar Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: No dia 23 de abril de 2024, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França, CEP 02337-080. 2. Presença: A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação Chontar Empreendimentos e Participações S.A.; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 5. Deliberações: 6.1 Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Chontar Empreendimentos e Participações S.A. com Sede e Forno na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França - CEP 02337-080. 6.2 Aprovor o capital social inicial de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), representado por 150(cento e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo do Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos à Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a Chontar Empreendimentos e Participações S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. Edson Vicente da Silva Filho, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº 366.209.668.45, com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Gabriela Albuquerque Pace, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato continuo tomarão posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6.404/76. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de Abril de 2024. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente; Gabriela Albuquerque Pace - Secretária. **Estatuto Social.** Capítulo I - Da Denominação, Sede, Forno, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º. A Chontar Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a Administração imóveis próprios, e b) participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e fórum na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França - CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 11 de abril de 2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações.** Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), dividido em 150 (cento e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adopção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas converíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteis. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações definidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III - Da Administração.** Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes na País, Acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo

lavrado no livro de "Atlas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 (dois) mandatários, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, excepto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV - Assembleia Geral.** Artigo 14º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros.** Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observando as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) será aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importâncias não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendo à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos e dividendo intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação.** Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de abril de 2024. Edson Vicente da Silva Filho - Presidente; Gabriela Albuquerque Pace - Secretaria. Visto do Advogado Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.650.492 em 04/11/2024. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Dorris SP Participações S.A.

CNPJ nº 12.909.302/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 (Saldos em R\$)									
Balanço Patrimonial			Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Controladora	Consolidado	Individuais	Capital social	Reservas de lucros	Atribuível aos acionistas da controladora - AFAC	Lucros acumulados	Total Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	64.606.174,00	(6.580.123,62)	82.000,00	-	58.120.050,38		
Caixa e equivalentes de caixa	1.255,09	883,15	1.727.168,29	9.711.047,03				822.990,67	
Contas e aluguéis a receber	-	-	1.671.801,31	1.325.162,59				855.630,00	
Adiantamentos a terceiros	-	-	679,00	4.470,75				8.695.757,96	
Impostos a recuperar	348.440,40	323.779,79	437.137,87	400.550,44				8.695.757,96	
Outros créditos	686.764,70	686.764,70	830.934,25	686.764,70					
Ativo circulante	1.036.460,19	1.011.427,64	4.667.720,72	12.127.995,51					
Outros créditos	-	-	1.091.914,06	1.107.243,21				7.296,63	
Partes relacionadas	-	-	-	87.883,83					
Investimentos	72.705.883,94	82.841.019,32	-	-				254.600,00	
Propriedades para investimento	-	-	70.068.902,78	72.285.782,78					
Intangível	-	-	2.822,59	8.229,90				11.135.773,28</td	

Itochu Brasil S.A. CNPJ nº: 61.274.155/0001-00					
Relatório da Diretoria					
Prezados senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos.					
São Paulo, 31 de Março de 2025.					
Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)					Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)
Ativo	2024	2023	Ativo	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	17.622.930	19.478.146	Contas a Pagar	26.587.389	33.725.260
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	17.173.960	34.611.007	Salários e Férias a pagar	1.055.519	946.25
Duplicatas a Receber	24.784.812	32.818.555	Obrigações Fiscais e Sociais	2.082.393	1.399.416
Notas a Receber	319.759	575.148	Recebimentos Antecipados	11.426	8.791.229
Adiantamentos Diversos	37.656	3.317.218	Receitas Diferidas	–	–
Mercadorias Estoques	3.425.570	1.253.418	Empreéstimos	–	5.142.653
Contas a Receber	7.671.285	7.324.895	Provisões diversas	–	–
Cauções e depósitos	–	–	Instrumentos Financeiros Derivativos	–	192.844
Despesas Antecipadas	329.262	268.377		35.006.817	60.015.463
Tributos a Compensar	10.244.984	14.615.165			
Instrumentos Financeiros Derivativos	115.753	–			
	81.725.971	114.261.929			
Realizável a Longo Prazo			Realizável a Longo Prazo		
Empréstimos	–	–	IRPJ e CSLL diferidos	39.356	–
IRPJ e CSLL diferidos	1.907.790	1.113.961	Provisão Perda de Investimentos	–	–
	1.907.790	1.113.961	Provisão Atuarial	564.439	539.476
Permanente Investimento				603.795	539.476
Investimento	10.404.715	9.643.920	Patrimônio Líquido Capital		
Imobilizado	1.905.336	1.232.451	Capital	18.193.834	18.193.834
Diferido	–	–	Reserva Legal	3.638.767	3.638.767
	12.310.051	10.876.371	Retenção de Lucros	38.500.599	43.864.721
Total do Ativo	95.943.812	126.252.261		60.333.200	126.252.261
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)					
	Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros	
Saldo em 31.12.2022	18.193.834	3.638.767	Prejuízos Acumulados	0	60.942.387
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–
Outros resultados Abrangente	–	–	(192.316)	–	(192.316)
Distribuição de Dividendos	–	–	(15.650.000)	–	(15.650.000)
Resultado do Exercício	–	–	–	20.597.251	20.597.251
Reserva Legal	–	–	–	–	–
Destinação de lucros acumulados	–	–	20.597.251	(20.597.251)	–
Saldo em 31.12.2023	18.193.834	3.638.767	43.864.721	0	65.697.322
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–
Outros resultado Abrangentes	–	–	133.290	–	133.290
Distribuição de Dividendos	–	–	(16.670.000)	–	(16.670.000)
Resultado do Exercício	–	–	–	11.172.588	11.172.588
Destinação de lucros acumulados	–	–	11.172.588	(11.172.588)	–
Saldo em 31.12.2024	18.193.834	3.638.767	38.500.599	0	60.333.200
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)					
1. Contexto Operacional - A empresa tem por objetivo a representação de exercícios anteriores. As ações ordinárias e preferenciais são: Imobilizado - Calculada à alíquota de 10% sobre o valor do imobilizado. Contribuição Social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. 2. taxas vigentes são: Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o resultado líquido. 3. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. Descrição das principais práticas contábeis a. Aplicações financeiras - Registradas ao custo, acréscimo dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor do mercado. b. Imobilizado - Registrado ao custo de Móveis e Utensílios de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. c. Direitos e obrigações - Atualizados à taxa de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que refletem os valores incorridos até a data do balanço. d. Instrumentos financeiros Derivativos - Os ativos e passivos financeiros (-) Depreciações estão demonstrados por valores justos de mercado, sendo as transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados a taxas está dividido em 6.879.841 ações ordinárias nominais e 789.223 ações preferenciais nominativas. e. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda do período é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do Capital Estrangeiro an, usando as taxas de impostos em vigor na data do balanço, e					
Masakazu Obayashi - CPF 110.792.101-56 - Diretor Gerente					
Planaudi Consultoria e Assessoria Contábil S/S CNPJ 62.751.441/0001-82					
Roberto Toshiro Tanno - TC-CRC 1SP075584/O-0					
Atividades operacionais					
				2024	2023
Lucro líquido				11.172.588	20.609.891
mais: Depreciação/Amortização				434.425	359.568
menos: Ganho ou Perda na venda de Investimento				5.543	2.041
mais: Provisão e diferido				1.597.855	1.146.666
menos: Resultado de equivalência Patrimonial				(2.779.796)	(2.520.816)
mais: Juros s/emprestimo				(11.505)	649.513
menos: Dividendos recebidos				(387)	(1.634)
Notas a Receber				255.389	555.395
Duplicatas a Receber				8.033.743	13.377.267
Contas a Receber				(346.389)	(316.947)
Adiantamentos Diversos				3.279.562	(3.209.200)
Mercadorias em Estoques				(2.172.152)	14.132.955
Tributos a Compensar				1.867.509	(785.600)
Cauções e Depósitos				–	–
Despesas Antecipadas				(60.884)	869.529
Contas a Pagar				(7.137.869)	2.265.130
Receitas Diferidas				–	–
Obrigações Fiscais e Sociais				(3.864.741)	1.170.671
Recebimentos Antecipados				(8.779.803)	8.791.229
Provisões				109.266	93.235
Caixa líquido gerado/(consumido)				1.602.354	57.189.893
nas Atividades Operacionais					
Atividades de Investimentos					
Recebimento na Alienação de Investimento				–	–
Compra de Ativo Imobilizado				(1.112.853)	(883.704)
Aquisição de Investimentos				–	–
Recebimento de Dividendos				2.019.387	2.175.185
Caixa líquido gerado/(Consumido)				906.534	1.291.481
nas Atividades de Investimentos					
Atividades de Financiamento					
Divulgação de dividendos				(16.670.000)	(15.650.000)
Recebimento de Empréstimos				3.281.152	16.291.307
Pagamento de Empréstimos				(8.412.301)	(26.825.486)
Caixa líquido gerado (Consumido)				(21.801.149)	(26.184.179)
nas Atividades de Financiamento					
Aumento/(Diminuição) líquido					
nas Disponibilidades				(19.292.261)	32.297.195
Saldo de Caixa Inicial				54.089.153	21.791.957
Saldo de Caixa Final				34.796.890	54.089.153

Brassinter S/A Indústria e Comércio					
CNPJ nº: 56.994.460/0001-37					
Relatório da Diretoria					
Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 31 de março de 2025.					
Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 - (em milhares de R\$)					
	Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício		
	2024	2023		2024	2023
Ativo			Receita Líquida de vendas	32.230	42.707
Circulante			Custo do Produto Vendido	(23.325)	(30.579)
Caixa e equivalentes de caixa	2.140	1.978	Lucro Bruto	8.905	

Real Estate Duo 001 Guarujá Adm. de Bens Proprios S.A.					
CNPJ(ME) nº 23.568.433/0001-43 Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Ativo circulante	93	2	Passivo circulante	530	406
Disponibilidades	37	-	Outras obrigações	530	406
Caixa e bancos	37	-	Impostos e contribuições sobre salários	11	13
Títulos e valores mobiliários	55	1	Demais impostos e contribuições		
Cotas de fundos de investimentos	-	1	a recolher	8	5
Outros créditos	56	1	Provisões para pagamentos a efetuar	45	62
Créditos tributários	1	1	Passivo não circulante	1.669	1.287
Diversos	55	-	Exigível a longo prazo	1.669	1.287
Ativo não circulante	12.848	14.340	Outras obrigações	1.669	1.287
Realizável a longo prazo	2.081	1.670	Patrimônio líquido	10.742	12.649
Outros créditos	2.081	1.670	Capital:	20.186	20.186
Diversos	2.081	1.670	De domiciliados no país	20.186	20.186
Imobilizado de uso	10.767	12.670	Reservas de capital		
Imóveis	13.348	13.348	Lucros / (prejuízos) acumulados	(9.444)	(7.537)
Outros bens do imob de uso	6.870	6.866	Patrimônio líquido atribuível		
(Depreciações acumuladas)	(9.451)	(7.544)	aos controladores	10.742	12.649
Total do ativo	12.941	14.342	Total do passivo e PL	12.941	14.342
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)					
				31/12/24	31/12/23
Despesas/receitas operacionais				(1.908)	(1.911)
Despesas gerais e administrativas				(1.908)	(1.896)
Outras despesas administrativas				(1.908)	(1.896)
Outras despesas operacionais				-	(15)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos				(1.908)	(1.911)
Resultado financeiro				2	8
Receitas financeiras				2	8
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez				1	6
Rendas de títulos e valores mobiliários				1	2
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				(1.906)	(1.903)
Resultado líquido das operações continuadas				(1.906)	(1.903)
Lucro/ (prejuízo) do período				(1.906)	(1.903)
Atribuído a sócios da empresa controladora				(1.906)	(1.903)
Atribuído a sócios não controladores				-	-
Nº de ações				20.185.920	20.185.920
Lucro (prejuízo) por ação:				(0,094)	(0,094)
A DIRETORIA:	Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP nº 110330/0-6				

Real Estate Duo 002 Angra dos Reis Adm. Bens Proprios S.A.					
CNPJ(ME) nº 23.568.391/0001-40 Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Ativo circulante	1.827	7.458	Passivo circulante	413	403
Títulos e valores mobiliários	97	516	Outras obrigações	413	403
Cotas de fundos de investimentos	97	516	Impostos e contribuições sobre salários	20	66
Outros créditos	1.730	6.942	Demais impostos e contrib. a recolher	6	13
Rendas a receber	1.365	6.825	Provisões para pagamentos a efetuar	27	60
Créditos tributários	64	47	Diversos	360	264
Diversos	301	70	Passivo não circulante	23.896	24.877
Ativo não circulante	30.572	36.234	Exigível a longo prazo	23.896	24.877
Realizável a longo prazo	614	2.293	Outras obrigações	23.896	24.877
Outros créditos	614	2.293	Patrimônio líquido	8.090	18.412
Diversos	14.275	17.682	Capital:	49.515	24.838
Investimentos	14.275	17.682	De domiciliados no país	49.515	24.838
Imobilizado de uso	15.683	16.259	Reservas de capital	-	20.972
Imóveis	16.850	16.850	Lucros / (prejuízos) acumulados	(41.425)	(27.398)
Outros bens do imob de uso	2.901	2.576	Patrimônio líquido atribuível		
(Depreciações acumuladas)	(4.068)	(3.167)	aos controladores	8.090	18.412
Total do ativo	32.399	43.692	Total do passivo e PL	32.399	43.692
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)					
				2024	2023
Despesas/receitas operacionais				(7.517)	(7.421)
Despesas gerais e administrativas				(6.090)	(5.416)
Despesas com pessoal				(644)	(507)
Outras despesas administrativas				(5.360)	(4.907)
Despesas tributárias				(86)	(2)
Outras despesas operacionais				(1.427)	(2.005)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos				(7.517)	(7.421)
Resultado financeiro				(6.511)	1.230
Receitas financeiras				40	1.230
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez				3	54
Rendas de títulos e valores mobiliários				6	1.176
Variações monetárias e cambiais ativas				31	-
Despesas financeiras				(6.551)	-
Prejuízos com títulos e valores mobiliários				(7)	-
Despesas com obrigações por empréstimos				(1.691)	-
Variações monetárias e cambiais passivas				(4.853)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				(14.028)	(6.191)
Resultado líquido das operações continuadas				(14.028)	(6.191)
Lucro/ (prejuízo) do período				(14.028)	(6.191)
Atribuído a sócios da empresa controladora				-	-
Atribuído a sócios não controladores				-	-
Nº de ações				15.750.100	15.750.100
Lucro (prejuízo) por ação:				(0,091)	(0,393)
A DIRETORIA:	Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP nº 110330/0-6				

Real Estate Duo 004 Angra dos Reis Administração S.A.					
CNPJ(MF) nº 23.723.714/0001-23 Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Ativo circulante	163	349	Passivo circulante	81	118
Disponibilidades	58	197	Outras obrigações	81	118
Caixa e bancos	58	197	Impostos e contribuições sobre salários	11	30
Títulos e valores mobiliários	5	68	Demais impostos e contribuições		
Cotas de fundos de investimentos	5	68	a recolher	14	24
Outros créditos	100	84	Provisões para pagamentos a efetuar	23	39
Créditos tributários	79	-	Diversos	33	25
Diversos	21	84	Passivo não circulante	1.402	1.557
Ativo não circulante	30.095	34.745	Exigível a longo prazo	1.402	1.557
Realizável a longo prazo	1	-	Outras obrigações	1.402	1.557
Outros créditos	1	-	Diversos	1.402	1.557
Diversos	1	-	Patrimônio líquido	28.775	33.419
					

VRE Loteamento S.A.				
CNPJ/MF nº 25.186.838/0001-42				
Balanço Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024
Circulante			Circulante	2023
Caixa e equivalentes de caixa	160	1.188	Obrigações trabalhistas e tributárias	—
Despesas a recuperar	32	30	Sócios a pagar	223
Total do ativo circulante	192	1.218	Partes relacionadas	1.000
			Total do passivo circulante	1.223
Não Circulante			Não Circulante	
Investimentos	19.044	20.136	Contas a pagar	16.608 16.108
Partes relacionadas	50	—	Total do passivo não circulante	16.608 16.108
Total do ativo não circulante	19.094	20.136	Patrimônio líquido	
			Capital Social	3.029 3.029
			Prejuízo/Reservas de Lucros	(351) 994
			Total do patrimônio líquido	2.678 4.023
Total do Ativo	19.286	21.354	Total do Passivo	19.286 21.354
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Resultado	2024	2023	2024	2023
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Resultado financeiro	51 10
Despesas administrativas	(101)	(106)	(=) Resultado antes das provisões tributárias	(468) (105)
Despesas tributárias	(1)	(1)		
Resultado de equivalência patrimonial	(416)	(7)	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	(468) (105)
Outras Despesas e Receitas	(1)	(1)	(=) Resultado do exercício	(468) (105)
	(519)	(115)		
A Diretoria William Moraes Lacerda – Contador CRC SP 282.069/O-1				

VRE D2 S.A.				
CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28				
Balanço Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024
Circulante			Circulante	2023
Caixa e equivalentes de caixa	991	1.106	Fornecedores	1 2
Tributos a recuperar	111	220	Obrigações tributárias	1 2
Outros créditos	—	—	Contas a pagar	812 560
Total do ativo circulante	1.102	1.326	Total do passivo circulante	1.029 779
Não Circulante			Não Circulante	
Propriedade para investimento	4.335	4.335	Provisão para perda com investimento	42 45
Investimentos	2.058	7.828	Total do passivo não circulante	42 45
Partes relacionadas	19	11	Patrimônio líquido	
Outros créditos	—	—	Capital Social	8.231 11.881
Total do ativo não circulante	6.412	12.176	Prejuízo/Reservas de Lucros	(1.788) 797
			Total do patrimônio líquido	6.443 12.678
Total do Ativo	7.514	13.502	Total do Passivo	7.514 13.502
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Resultado	2024	2023	Resultado	2024
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Outras Receitas e Despesas não operacionais	
Despesas administrativas	(101)	(106)	Despesas administrativas	(293) (312)
Despesas tributárias	(1)	(1)	Despesas tributárias	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	(416)	(7)	Outras despesas	—
Outras Despesas e Receitas	(1)	(1)	Resultado de equivalência patrimonial	(2.273) (940)
	(519)	(115)	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	(2.567) (1.252)
			(=) Resultado do exercício	(2.568) (1.272)
(+/-) Resultado financeiro	3	(2)	(+/-) Resultado financeiro	(2.568) (1.272)
A Diretoria William Moraes Lacerda – Contador CRC SP 282.069/O-1				

VRE D3 S.A.				
CNPJ/MF nº 17.901.699/0001-63				
Balanço patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024
Circulante			Circulante	2023
Caixa e equivalentes de caixa	934	1.150	Fornecedores	—
Tributos a recuperar	122	164	Obrigações trabalhistas e tributárias	1 2
Outros créditos	10	951	Contas a pagar	—
Partes relacionadas	315	427	Sócios a pagar	52 276
Total do ativo circulante	1.381	2.692	Total do passivo circulante	25.767 23.393
Não Circulante			Não Circulante	
Investimentos	41.767	42.751	Total do passivo não circulante	—
Intangível	—	—	Patrimônio líquido	
Total do ativo não circulante	41.767	42.751	Capital Social	8.507 11.331
			Reservas de Lucros	8.874 10.719
Total do Ativo	43.148	45.443	Total do patrimônio líquido	17.381 22.050
			Total do Passivo	43.148 45.443
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)				
Resultado	2024	2023	Resultado	2024
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Outras Receitas e Despesas não operacionais	
Despesas administrativas	(396)	(509)	Despesas administrativas	(396) (509)
Despesas tributárias	(2)	(4)	Despesas tributárias	(2) (4)
Resultado de equivalência patrimonial	555	1.582	(=) Resultado Antes das provisões tributárias	207 1.107
Outras Despesas e Receitas	—	—	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	207 1.107
	157	1.069	(=) Resultado do exercício	207 1.107
(+/-) Resultado financeiro	31	38	(=) Resultado do exercício	207 1.107
A Diretoria William Moraes Lacerda – Contador CRC SP 282.069/O-1				

EPR Participações S.A.				
CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530				
Ata de Assembleia Geral Ordinária				
I. Data, Horário e Local: 04 de abril de 2025, às 14:00 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP.				
II. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo.				
III. Publicações: Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal "Data Mercantil", na edição da dia 04 de abril de 2025 (versão online e impressa), conforme previsto no artigo 289 da Lei das S.A., dispensada a publicação dos anúncios e a observância do prazo de que trata o caput do artigo 133 da Lei 6.404, tendo em vista o disposto no parágrafo quarto do referido artigo.				
IV. Composição da Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. V. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a análise, discussão e aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) a destinação dos resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) a consignação de que as publicações da Companhia têm sido e continuaram sendo realizadas no jornal "Data Mercantil".				
VI. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas o seguinte: (i) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) consignar que não haverá distribuição do lucro líquido e pagamento de dividendos aos acionistas, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 41.72.011,26 (quatro milhões, cento e setenta e dois mil, onze reais e vinte e seis centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; o resultado será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia; e (iii) consignar que as publicações da Companhia têm sido e continuaram sendo realizadas no jornal "Data Mercantil", nos termos do artigo 289 da Lei das S.A. VII. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo/SP, 04 de abril de 2025. JUCESP nº 131.176/25 em 11/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.				

Companhia Nitro Química Brasileira				
CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547				
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025				

</tbl_r

Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.

CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025

Data/hora/local: Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10:00 horas, em sua sede social na Avenida Tiradentes, nº. 2.620, Bairro do Parque Industrial, na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13309-640; reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas da Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A., representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de acionistas, dispensáveis assim as demais publicações. Aberta a sessão pelo acionista Marco Antonio Gutfreund Formicola, representante da GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda.; sendo solicitado, pelos demais membros, a presidir a sessão, tendo convidado a mim, Valter Carmona, para secretariá-lo. **I. Ordeno do dia:** a) Eleição de nova diretoria; b) Redefinição das competências da diretoria; c) Remuneração da diretoria; d) Consolidação do Estatuto Social. **II. Deliberações:** O Sr. Presidente da Assembleia elucidou que a presente assembleia geral ordinária e extraordinária visa deliberar sobre os seguintes assuntos: a) Reeleger os membros da atual diretoria; b) Alterar o Estatuto Social quanto competência da diretoria, definindo-se que para celebração de contratos e prática de atos jurídicos que gerem obrigações para a Sociedade, em valores superiores a R\$ 200.000,00, haverá necessidade de assinaturas conjuntas de dois diretores ou um diretor e um procurador, sendo necessariamente um deles o diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente; c) Estabelecer a remuneração global máxima da diretoria em até R\$ 800.000,00, por ano; d) Promover as alterações e consolidação o Estatuto Social. Após discutidos pelos senhores acionistas, foram aprovadas as deliberações constantes da orden do dia. Integra a presente, na figura de Anexo I, o Estatuto Social consolidado, deliberado e aprovado na presente Assembleia. Após deliberação sobre os assuntos colocados em pauta na assembleia e sua aprovação pela totalidade dos acionistas, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. Presentes acionistas: GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda. (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola) e Larnor Serviços de Limpeza Descontaminação De Superfícies Marítimas Ltda., (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola). São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2025. JUCESP nº 126.654/25-6 em 04/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º - Sob a denominação de **Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá por este Estatuto e, nos casos omissos, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - O objeto da sociedade será o de (i) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para tratamento de águas e efluentes (CNAE-2829/00); (ii) manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para saneamento básico e ambiental (CNAE 33-14-7/10); fabricação, montagem e comercialização de válvulas (CNAE 2813-5/00); (iii) fabricação, montagem e comercialização de bombas (CNAE 2812-7/00); (iv) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para contenção e captação de petróleo e seus derivados (CNAE 2825-9/00); (v) manutenção, reparação e instalação de válvulas (CNAE 3314-7/03); (vi) manutenção, reparação e instalação de bombas hidráulicas (CNAE 3314-7/02); (vii) locação e o arrendamento de bombas e válvulas em geral, equipamentos e sistema de contenção e captação de petróleo e derivados. Equipamentos e sistema de abastecimento e de tratamento de água e efluentes, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado (CNAE 7739-0/99); (viii) prestação de serviços de engenharia e consultoria nas áreas de tratamento de água e efluentes, contenção e captação de derrames de petróleo e seus derivados (CNAE 71.12-0/00); (ix) participação em processos licitatório/concorrências para celebração de contratos/partenças atinentes ao seu objeto social e seus derivados derramados em água em terra, no Brasil e no exterior; agir como agente, representante e licenciada de quaisquer produtos ou serviços de empresas estabelecidas dentro ou fora do país (CNAE 46.14-1/00); (x) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedade e em empreendimentos comerciais conexos ao seu objeto social (CNAE 64.63-8/00); (xi) prestação de serviços de limpeza, contenção e captação de derrames de óleo, podendo inclusive estabelecer centros de combate a derrames de óleo (CNAE 39.00-5/00). **Artigo 3º** - A sociedade terá a sua sede, domicílio legal e fuso na cidade de Itu, Estado de São Paulo, sito a Avenida Tiradentes, nº. 2.620, Parque Industrial, CEP 13309-640, podendo criar e manter sucursais, agências, filiais e escritórios em todo o território nacional, a critério da Diretoria.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações.** Artigo 5º - O capital social é de R\$ 38.500.000,00 dividido em 38.500.000 ações ordinárias e nominativas. **Parágrafo único** - Somente os titulares de ações ordinárias poderão exercer o direito a voto. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º** - Na ocasião de aumento do capital social da Sociedade, somente os Acionistas com ações ordinárias terão direito preferencial para subscreverem as novas ações, na proporção de suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **§1º** - Os Acionistas poderão exercer o Direito de Preferência proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da Sociedade. **§2º** - O Direito de Preferência será exercido por meio de notificação por escrito ("Notificação do Exercício"), enviada pelos Acionistas ao Vendedor em Potencial, com cópia para Sociedade em até 30 dias contados do recebimento da Notificação de Venda. **Artigo 8º** - A sociedade emitirá certificados, cauetas ou títulos múltiplos representativos de ações aos seus acionistas, sempre à ocasião de sua subscrição. **Capítulo III - Da Assembleia Geral.** **Artigo 9º** - As Assembleias Gerais são ordinárias ou extraordinárias, presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência ou impedimento, pelo acionista escolhido entre os presentes, a quem caberá escolher o secretário.

Artigo 10º - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, nos quatro primeiros meses de cada ano, para discutir, examinar e aprovar o relatório, demonstrações contábeis e demais contas de Diretoria, assim como o parecer de Conselho Fiscal se constituiu e deliberar sobre qualquer assunto de interesse social. **§1º** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas na forma da lei. **§2º** - Salvo nas hipóteses em que a lei dispuser de outra forma, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 60% do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação com a presença de acionistas representando o quórum mínimo exigido por lei, os quais farão a indicação, por aclamação, e um presidente para os trabalhos, o qual, por sua vez, escolherá, livremente um ou mais acionistas para a função de secretário. **Artigo 11º** - Salvo disposição em contrário deste Estatuto ou da lei, as deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas pela maioria simples do capital social dos acionistas com direito a voto presentes ao conclave, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único:** será lavrada ata em livro próprio registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração.** Artigo 12º - A administração da Sociedade competirá, exclusivamente à Diretoria, a qual será composta por, no mínimo 4 e, no máximo, 6 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, e, um Diretor Comercial, todas pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país a serem eleitos em assembleia Geral. **§1º** - O mandato dos Diretores será de 3 anos, permitida a reeleição. **§2º** - A investidura do cargo far-se-á por termo na própria ata de Assembleia Geral na qual foram eleitos os Diretores ou assinatura de termo de posse no prazo de 30 dias contados da data da Assembleia Geral em que houve a eleição. **§3º** - Ocorrendo, por qualquer razão, vacância em cargo(s) de Diretor reduzindo o número de diretores a menos que dois, será convocada, no prazo de cinco dias, Assembleia Geral para eleger diretor substituto, o qual exercerá a função até o final do mandato do substituído. **§4º** - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, o Diretor impedido ou ausente será substituído por outro Diretor, o qual não terá direito a remuneração adicional pelas funções acumuladas. **§5º** - Na hipótese de esgotado o prazo do mandato dos diretores da Sociedade, estes permanecerão em seus respectivos cargos, até a eleição de novos diretores. **Artigo 13º** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e as resoluções ou decisões tomadas, constarão, sempre que oportuno e necessário, em registro no "livro de atas de reuniões da diretoria". **Artigo 14º** - Os Diretores deverão dirigir os negócios sociais exercendo a administração dos negócios da Sociedade, em suas respectivas áreas de atuação, sempre em prol da realização dos objetivos sociais, e observadas as normas legais e estatutárias. **§1º - Compete Diretor Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais, em orientação ao trabalho dos demais diretores; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais; d) Gerenciar as atividades industriais e de engenharia da Sociedade; e) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; g) Elaborar a política de expansão de negócios; h) Convocar Assembleia Geral. **§2º - Compete ao Diretor Vice-Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas, em substituição ao Diretor Presidente; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais, em conjunto com o Diretor Presidente; d) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais, em conjunto com o Diretor Presidente; e) Organizar e gerir as áreas de contabilidade, jurídica, de conformidade (*Compliance*) e de tecnologia da informação cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos contábeis; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio, em conjunto com o Diretor Presidente; g) Convocar Assembleia Geral. h) Substituir o Diretor Administrativo Financeiro, em caso de vacância do cargo, podendo, inclusive, cumular suas atividades com as de Diretor Administrativo Financeiro. **§3º - Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:** a) Representar a Sociedade em todos atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas de finanças, administrativa, gestão de pessoal, de custos, orçamentos e de suprimentos, cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos e projeções financeiras; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. **§4º - Compete ao Diretor Comercial:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas comercial e de marketing, cabendo-lhe, ainda, elaborar os programas de desenvolvimento de novos negócios e aplicações; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. **§5º** - Aos diretores compete, isoladamente, a) a representação da Sociedade ante órgãos e entidades públicas, no que diz respeito à execução dos objetivos sociais; b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros benefícios previdenciários, quitâncias e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do ministério do Trabalho; c) prática de atos ordinários de administração tais como emissão de faturas, duplicatas ou título de crédito sendo a Sociedade na condição de credora, além da prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais; d) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor igual ou inferior a R\$ 200.000,00. **§6º** - Depende da assinatura de, no mínimo, 2 (dois) diretores ou 1 diretor e um procurador, em conjunto, sendo, no mínimo um deles o Diretor Presidente ou Vice-Presidente: a) a prática de todo e qualquer ato não descrito no parágrafo quarto acima ou em outro dispositivo deste Estatuto Social que exija a intervenção e número de diretores diferentes; b) a abertura de contas, suas movimentações junto a qualquer instituição bancária ou financeira, e emissão e endoso de cheques ou ordens de pagamento; c) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor superior a R\$ 200.000,00; d) a outorga de procuração com poderes de cláusula "ad negotia" e/ou "ad judicia", com ou sem a outorga de poderes especiais; **§7º** - Nas demais hipóteses, a companhia será representada sempre conjuntamente por 2 diretores, ou por 1 diretor e procurador, ou por 1 (um) ou mais procuradores, sempre respeitando os poderes a eles conferidos. **§8º** - A nomeação de procurador para as demais finalidades exigirá sempre a assinatura de, no mínimo, 2 diretores. **§9º** - Cumpridas todas as formalidades da lei, declarar o Sr. Presidente que estavam eleitos como Diretores, nos respectivos cargos: O Sr. **Marco Antonio Gutfreund Formicola**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.741.980 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.853.378-06, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 301, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor-Presidente; O Sr. **Valter Carmona**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 9.741.245-5 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 667.077.658-68, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº 3.060, 3º Andar, Conjunto 302, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Vice-Presidente; e O Sr. **Alex da Silva Cobra**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº. 29.041.953-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 215.771.438-33, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 304, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Comercial. Os administradores declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. **Artigo 15º** - É expressamente defeso aos Diretores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fidejussionárias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), salvo quando autorizadas pela Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Os Diretores poderão receber remuneração que venha a ser estabelecida em Assembleia Geral. **Capítulo V - Do Exercício Social e da Distribuição de Dividendos.** Artigo 19º - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício, serão elaborados os balanços e as demonstrações contábeis previstas em lei, observadas as normas então vigentes. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral deliberará acerca do resultado apurado ao final de cada exercício social. **Artigo 21º** - A Sociedade poderá levantar Balanços Patrimoniais parciais e intercalares para fins de deliberação sobre resultado e distribuição de dividendos em períodos inferiores ao do exercício social. **Artigo 22º** - Os lucros líquidos, regularmente apurados nos balanços, serão distribuídos na seguinte conformidade: 5% para a constituição da Reserva Legal; o restante será distribuído como dividendo aos acionistas. **Artigo 23º** - Os Acionistas fixam, como dividendo mínimo obrigatório, o percentual de 25% do lucro apurado pela Sociedade no exercício anterior, exceto nos casos em que haja concordância unânime dos acionistas. **Capítulo VI - Da Dissolução e Liquidação.** Artigo 24º - Nos casos de liquidação ou dissolução, os Acionistas elegerão um liquidante, que procederá, na forma da lei, o levantamento dos bônus da Sociedade e a divisão proporcional à participação dos acionistas no capital social. **Parágrafo único** - A Assembleia Geral que eleger o liquidante poderá estabelecer normas procedimentais respectivas. **Capítulo VII - Do Acordo de Acionistas.** Artigo 25º - A Diretoria e Sociedade e o presidente da Assembleia Geral deverão respeitar as disposições validamente acordadas em Acordo de Acionistas depositado na sede da Sociedade, quando houver. **Capítulo VIII - Do Foro.** Artigo 26º - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP para dirimir as controvérsias oriundas da relação societária estabelecida pelos acionistas nesta Sociedade, inclusive quanto aos conflitos envolvendo a própria Sociedade e seus administradores, acionistas ou não. **Capítulo IX - Dos Casos Omissos.** Artigo 27º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela legislação vigente da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e legislação posterior. Certifico que o presente instrumento é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Sociedade. São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ISQ Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 58.519.816/0001-06 - NIRE 35.265.768.976

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Nicole Ramos de Almeida**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Nacional de Habilitação (CNH) sob o n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sociais quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **ISQ Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/MF) sob o nº 58.519.816/0001-06, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.768.976 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. Acionistas: **Nicole Ramos de Almeida**. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065551-6. JUCESP nº 23.476/254 em 16/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Dryx Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 58.828.149/0001-43 - NIRE: 35.265.871.521

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Tayna Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.871.521 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos II**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Dryx Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "Companhia" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayna Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. Acionistas: **Tayna Gomes da Silva** e **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**. Diretor: **Tayna Gomes da Silva**. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065593-1. JUCESP nº 24.889/258 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Leitesol Indústria e Comércio S/A

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 - NIRE 35.300.131.321

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 05 de março de 2025
1) Data e Horário: 05 de março de 2025 às 11:00hs. **2) Local:** Sede Social, na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia Alkinder Monteiro Junqueira, s/nº – Km. 52,5 – Sala A. **3) Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, de acordo com o que faculta o § 4º do Artigo 124 e o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, bem como o Parágrafo Único do Artigo 12 do Estatuto Social. **4) Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença dos acionistas. **5) Mesa:** Sr. Sébastien Luis Maraggi – Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva – Secretário. **6) Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício, Resultado Abrangente e Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2024; b) Rerratificar os termos da AGE de 11/06/2024, para determinar a destinação e distribuição de dividendos; c) Aprovar o parecer dos Auditores Independentes relativo ao balanço de 31.12.2024; d) Definir a destinação do saldo da conta de "Reserva de Realizar" no balanço de 31.12.2024; e) Ratificar todos os atos da Diretoria da gestão 2024-2025; f) Eleger os Membros da Diretoria para o próximo exercício. **7) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas aprovaram: a) O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente publicado no Jornal Data Mercantil no dia 14 de fevereiro de 2025, versões impressa e digital; b) O Parecer dos Auditores Independentes "Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes"; c) Rerratificação dos termos da AGE datada de 11/06/2024, levada a Registro pela Jucesp nº 226.885/24-0 de 20/06/2024, onde constou: A distribuição a título de dividendos do valor de R\$ 77.000.000,00 (Setenta e sete milhões de reais) constante de conta de Reservas de Lucros dos exercícios anteriores encerrados até 31/12/2023. Para constar: que a distribuição dos dividendos no valor total de R\$ 77.000.000,00 (Setenta e sete milhões de reais) se refere à soma dos seguintes valores: • R\$ 32.235.954,00 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) a título de antecipação de dividendos do ano 2024, relativos ao Lucro Líquido acumulado com base no resultado no período de 01/01/2024 a 31/05/2024; • R\$ 8.895.616,00 (Oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e dezesseis reais), correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2023; e • R\$ 35.868.430,00 (Trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais) correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2022; d) O lucro líquido total apurado em 31/12/2024 corresponde a R\$ 66.157.992 (Sessenta e seis milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais), dos quais R\$ 32.235.954 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) já foram distribuídos a título de antecipação de dividendos do ano 2024, conforme item c) acima; e) A distribuição de dividendos aos Acionistas, sobre o Lucro Líquido do ano de 2024, correspondente ao valor de R\$ 16.539.498 (Dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais); f) Considerando as deliberações e remessas constantes dos itens c) a) acima, o saldo a pagar dos dividendos e Juros sobre Capital Próprio, já distribuídos e registrados no Passivo circulante tendo como base o Balanço Patrimonial de 31/12/2024, totaliza R\$ 37.582.433 (Trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e trinta e três reais), sendo R\$ 31.975.063 (Trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, sessenta e três reais) a título de dividendos e R\$ 5.607.368 (cinco milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais) a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; g) Os dividendos constantes no item f) acima serão pagos total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2025, conforme planejamento financeiro da sociedade; h) A destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido a conta de "Reserva de Retenção Lucros", na forma do artigo 197 da Lei 6.404/76, para distribuição futura na forma de dividendos ou reinvestimento na companhia, nos termos do estatuto social; i) Registrar o pagamento de dividendos remetidos aos acionistas no valor de R\$ 576.960,00 (quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta reais) em 25/02/2025. j) O saldo dos dividendos na presente data, após o pagamento realizado acima, totaliza R\$ 37.005.473 (Trinta e sete milhões, cinco mil e quatrocentos e setenta e três reais), sendo: R\$ 31.398.103 (Trinta e um milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e três reais) a título de dividendos e R\$ 5.607.368 (cinco milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais) a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; k) E ratificaram todos os demais atos da Diretoria eleita para a gestão 2024/2025; l) **Eleição dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegem para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 (um) ano: **para o cargo de Diretor Presidente – Sr. Sébastien Luis Maraggi**, argentino, casado, administrador de empresas, domiciliado na cidade de Barueri, na Alameda Madeira, 222 – 1º andar, Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V175734-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.509.268-17 e para o cargo de Diretor Administrativo – Sr. Alexandre Lima da Silva, brasileiro, casado, domiciliado na Cidade de Barueri, na Alameda Madeira, nº 222-10º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.252.822-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 180.443.658-06, que declararam, na forma da lei, que não estão condondados pela prática de qualquer crime, definitivo ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia, assinando o competente Termo de Posse que segue como Anexo II da presente Ata. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. **8) Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém desejou fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembleia, da qual lavrrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, val, afinal, assinada e registrada. Bragança Paulista-SP, 05 de março de 2025. **Secretário: Alexandre Lima da Silva**; **Presidente: Sebastian Luis Maraggi**; **Mastellone Hermanos Sociedad Anónima** P.P. Benedicto Celso Benicio Jr.; **Mastellone San Luis Marques**; **Mastellone Hermanos Sociedad Anónima** P.P. Benedicto Celso Benicio Jr. OAB/SP nº 131.896. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifco o registro sob o nº 129.558/254 em 09/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Moorea Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 58.865.391/0001-97 - NIRE 35.265.882.141

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Tayna Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.882.141 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Moorea Participações Ltda.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "Companhia" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayna Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. Acionistas: **Tayna Gomes da Silva** e **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**. Diretor: **Tayna Gomes da Silva**. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065594-0. JUCESP nº 24.890/250 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

1. Data, hora e local: em 30 de janeiro de 2025, às 09h, na sede social da **Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia:** (i) retificar a Assembleia Geral Extraordinária de 03.12.2024, às 09:00 hrs ("AGE 03.12.2024") para tornar sem efeito a eleição de nova diretora para compor a diretoria da Companhia, Sra. Roberta Neves Valezio, conforme deliberado no item 6.1 da AGE 03.12.2024, (ii) ratificar a eleição de novo membro da diretoria, Sr. Marcos Muller Lopes Fonseca, conforme deliberado no item 6.1 da AGE de 03.12.2024, e (iii) consolidar a composição da diretoria bem como ratificar todas as demais deliberações tomadas na AGE de 03.12.2024. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço profissional na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, deliberado conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.2** Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 - SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques – Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada – Diretor Executivo II • Fernanda Solon – Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaiá Rodrigues – Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30 de janeiro de 2025. **Mesa:** Jamil Saud Marques – Presidente; Fernanda Solon – Secretária. **Acionista:** **Neon Holding Conglomerado Ltda.** p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifício o registro sob o nº 94.316/25-9 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**Neon Pagamentos S.A.
Instituição de Pagamento**

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

1. Data, hora e local: em 30 de janeiro de 2025, às 11h, na sede social da **Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia:** (i) retificar a Assembleia Geral Extraordinária de 03.12.2024, às 11:00 hrs ("AGE 03.12.2024") para tornar sem efeito a eleição de nova diretora para compor a diretoria da Companhia, Sra. Roberta Neves Valezio, conforme deliberado no item 6.1 da AGE 03.12.2024, (ii) ratificar a eleição de novo membro da diretoria, Sr. Marcos Muller Lopes Fonseca, conforme deliberado no item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço profissional na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, deliberado conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.2** Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 - SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques – Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada – Diretor Executivo II • Fernanda Solon – Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaiá Rodrigues – Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30 de janeiro de 2025. **Mesa:** Jamil Saud Marques – Presidente; Fernanda Solon – Secretária. **Acionista:** **Neon Holding Conglomerado Ltda.** p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifício o registro sob o nº 94.314/25-1 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

**Neon Pagamentos S.A.
Instituição de Pagamento**

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: em 03 de dezembro de 2024, às 11h00, na sede social da **Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia:** (i) eleger novos membros da diretoria e (ii) consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024: • Roberta Neves Valezio, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.2** Os Diretores eleitos declararam para os devidos fins e efeitos legais que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foram condenados por qualquer crime, bem como não estão sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – D. Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – D. Executivo I • Jamil Saud Marques – D. Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – D. Executivo II • Juliana Noriko Yamada – D. Executivo II • Fernanda Solon – D. Executivo II • Alexandre Augusto Zaiá Rodrigues – D. Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – D. Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – D. Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 03 de dezembro de 2024. **Mesa:** Jamil Saud Marques – Presidente; Fernanda Solon – Secretária. **Acionista:** **Neon Holding Conglomerado Ltda.** p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifício o registro sob o nº 94.313/25-8 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-7 – NIRE 35.300.552.482

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2025

1. Data, hora e local: em 25 de março de 2025, às 08h00, na sede social da **Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), em razão da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretário: **Sr. Cristiano Fernandes da Silva**. **4. Ordem do dia:** (i) eleger novo membro da diretoria e (ii) consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** As acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de forma digital, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os acionistas da Companhia decidiram: **6.1**. Eleger, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme quadro a seguir: • O Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, bacharel em sistemas da informação, casado em comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade e Estado de São Paulo. **6.2**. Por consequência das deliberações anteriores, decidem os acionistas consolidar a composição da Diretoria da Companhia, cujos membros possuem prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme quadro a seguir: • Pedro Henrique de Souza Conrade e Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I; • Cristiano Fernandes da Silva, Jamil Saud Marques, Juliana Noriko Yamada e Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. **Acionistas:** Neon Payments Limited e Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento. São Paulo, 25 de março de 2025. **Mesa:** Jamil Saud Marques; Cristiano Fernandes da Silva. **Acionistas:** Neon Payments Limited e Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento, Pedro Henrique de Souza Conrade Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifício o registro sob o nº 112.424/25-9 em 01/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: em 03 de dezembro de 2024, às 9h00, na sede social da **Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia:** (i) eleger novos membros da diretoria e (ii) consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Roberta Neves Valezio, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2